

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE LOCAL

GOVERNO FEDERAL

Presidente

Michel Temer

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Ministro do Esporte

Leonardo Carneiro Monteiro Picciani

Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Leandro Cruz Fróes da Silva

Diretora do Departamento de Desenvolvimento e

Acompanhamento de Políticas e Programas Intersecretoriais

Denise Cardoso de Gusmão Cunha

Diretor do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

Ângelo de Bortoli Filho

Coordenadora Geral de Lazer e Inclusão Social

Bruna da Penha Moreira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor

Alessandro Fernandes Moreira

Pró-Reitora de Graduação

Benigna Maria de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Graduação

Bruno Otávio Soares Teixeira

Pró-Reitora de Extensão

Claudia Andrea Mayorga Borges

Pró-Reitor Adjunto de Extensão

Paulo Sergio Nascimento Lopes

CAED

Diretora *Pró-Tempore* de Educação a Distância da UFMG

Maria das Graças Moreira

Coordenador de Pesquisas de Educação a Distância da UFMG

Fernando Fidalgo

Coordenador da Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFMG

Eucídio Pimenta Arruda

Coordenadora Pedagógica de Educação a Distância da UFMG

Suzana dos Santos Gomes

Coordenador de Tecnologias de Educação a Distância da UFMG

Carlos Basílio Pinheiro

Coordenador de Extensão de Educação a Distância da UFMG

Evandro José Lemos da Cunha

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

Diretor

Gustavo Pereira Côrtes

Vice-Diretora

Lygia Paccini Lustosa

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Chefe

José Alfredo Oliveira Debortoli

Vice-Chefe

Rodolfo Novelino Benda

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO DE FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS PELC E VIDA SAUDÁVEL

Coordenador

Hélder Ferreira Isayama

Coordenação do Sistema de Gestão Geral e Acadêmica

Elisângela Chaves

Coordenação do Sistema de Gestão Pedagógica

Maria Teresa Amaral

Coordenação do Sistema de Gestão Instrucional

Victor Andrade de Melo

Coordenação do Sistema de Tutoria

Gustavo Pereira Côrtes

EDITORA UFMG

Diretor

Flavio de Lemos Carsalade

Vice-Diretora

Camila Figueiredo

Conselho Editorial

Flavio de Lemos Carsalade (PRESIDENTE)

Ana Carina Utsch Terra

Antônio de Pinho Marques Júnior

Antônio Luiz Pinho Ribeiro

Camila Figueiredo

Carla Viana Coscarelli

Cássio Eduardo Viana Hissa

César Geraldo Guimarães

Eduardo da Motta e Albuquerque

Élder Antônio Sousa Paiva

Helena Lopes da Silva

João André Alves Lança

João Antônio de Paula

José Luiz Borges Horta

Lira Córdova

Maria Alice de Lima Gomes Nogueira

Maria Cristina Soares de Gouvêa

Renato Alves Ribeiro Neto

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi

Rodrigo Patto Sá Motta

Sônia Micussi Simões

Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa

CLEBER DIAS
JOSÉ ALFREDO OLIVEIRA DEBORTOLI
JOSÉ NILDO ALVES CAÚ

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE LOCAL

Belo Horizonte
Editora UFMG
2018

© 2018, Cleber Dias, José Alfredo Oliveira Debortoli, José Nildo Alves Caú

© 2018, Editora UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

Assistência Editorial

Eliane Sousa

Direitos Autorais

Anne Caroline Silva

Coordenação de Textos

Lira Córdova

Produção Gráfica

Warren Marilac

Produção Editorial

Michel Gannam

Preparação de Textos

Ana Clara Teixeira Ferreira

Revisão de Provas

Daniela Menezes

Felipe Magalhães

Projeto Gráfico

Departamento de Design/CAED-UFMG

Formatação/ilustrações

Sérgio Luz

D541d Dias, Cleber

Diagnóstico da realidade local / Cleber Dias, José Alfredo Oliveira Debortoli, José Nildo Alves Caú. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2018. 89 p. : il.

Material didático produzido pelo Centro de Apoio à Educação a Distância da Universidade Federal de Minas Gerais (CAED/UFMG).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-423-0265-3

1. Lazer. 2. Esportes. 3. Políticas públicas. 4. Educação. I. Debortoli, José Alfredo Oliveira. II. Caú, José Nildo Alves. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Apoio à Educação a Distância. IV. Título.

CDD: 371.35

CDU: 37.018.43

Elaborada pela Biblioteca Professor Antônio Luiz Paixão – FAFICH-UFMG.

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 | CAD II | Bloco III

Campus Pampulha | 31270-901

Belo Horizonte-MG | Brasil

Tel. +55 31 3409-4650 | Fax +55 31 3409-4768

www.editoraufmg.com.br | editora@ufmg.br

Centro de Apoio à Educação a Distância da UFMG (CAED-UFMG)

Av. Pres. Antônio Carlos, 6.627 | Unidade Administrativa III

Térreo | Sala 115 | Campus Pampulha | 31270-901

Belo Horizonte-MG | Brasil

Telefax +55 31 3409-5526 | ead@ufmg.br

NOTA DA DIRETORIA DO CAED

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) atua em diversos projetos de educação a distância, que incluem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dentre elas, destacam-se as ações vinculadas ao Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED-UFMG), que iniciou suas atividades em 2003.

Primeiramente, o trabalho de apoio à educação a distância esteve ligado ao assessoramento da Reitoria e das unidades acadêmicas no credenciamento dos primeiros cursos de graduação na modalidade a distância (EaD) da UFMG no Ministério da Educação (MEC).

Posteriormente, o CAED passou a ampliar sua atuação em favor da institucionalização da EaD na UFMG, coordenando e assessorando o desenvolvimento de cursos de graduação, pós-graduação e extensão a distância; desenvolvendo estudos e pesquisas sobre EaD; capacitando profissionais envolvidos com a modalidade; promovendo a articulação da UFMG com os polos de apoio presencial; assessorando a produção de materiais didáticos impressos e digitais sobre EaD na UFMG e gerindo os recursos financeiros dos cursos.

Atualmente, o CAED tem se esforçado bastante para orientar e capacitar os agentes envolvidos nos cursos e demais ações a distância da UFMG para produzirem materiais didáticos e outros objetos de aprendizagem (animações, videoaulas, webconferências etc.), em consonância com as especificidades da educação a distância, de forma a permitir que essa modalidade de ensino possua o mesmo nível de excelência das demais atividades da universidade.

Nesse contexto, destacamos a parceria do CAED com a Editora UFMG, consolidada com a criação de um selo de qualidade EaD-UFMG. Assim, temos a honra de lançar esta obra, esperando que todos os leitores possam aproveitá-la ao máximo, inclusive entrando em contato conosco para sugestões, comentários e críticas.

Bons estudos!

Maria das Graças Moreira
DIRETORA *PRÓ-TEMPORE* DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFMG



NOTA DA COORDENAÇÃO

Caro cursista,

No contexto de buscar a consolidação das políticas públicas de esporte e lazer, o Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) e em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desenvolveu cursos a distância voltados para agentes sociais vinculados aos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável, gestores de esporte e lazer e interessados em geral na temática. Estruturados em módulos, são abordados conceitos e debates acerca do lazer, dos princípios e diretrizes do PELC e do Vida Saudável e de referenciais pedagógicos compatíveis com as reflexões sobre as políticas públicas e da gestão participativa, assim organizados:

- Gestão Participativa do PELC;
- Princípios Teóricos-Metodológicos do PELC;
- Avaliação;
- Diagnóstico da Realidade Local;
- Esporte, Lazer e Saúde;
- Financiamento do Esporte e do Lazer;
- Esporte Recreativo e de Lazer;
- Roteiro para Elaboração de Projetos;
- Dança, Educação Física e Lazer.

A partir da constatação da necessidade de possibilitar o acesso ao conteúdo dos cursos a mais atores envolvidos com as políticas e outros interessados no tema, o Ministério do Esporte disponibiliza, em formato de material gráfico, os módulos de EaD (PELC e Vida Saudável). Com isso e em conjunto com a UFMG, pretende-se contribuir com a disseminação dos conhecimentos das políticas de esporte e lazer como elementos de transformação social, integrando ações sociais e discutindo elementos que possam orientar reflexões de aprofundamento sobre o tema do esporte recreativo e do lazer como uma política que permita à população acesso a esses direitos e, dessa forma, atender ao dispositivo constante na Constituição Federal quanto a esses temas.

Ana Elenara Pintos

CONSULTORA GERAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER | UFMG

Hélder Ferreira Isayama

COORDENADOR GERAL DO PROJETO DE FORMAÇÃO DO PELC E VIDA SAUDÁVEL | UFMG



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Desenho do plano de intervenção. Fonte: Adaptado de MATUS, 1997.	20
Figura 2	Esquema de bloco de informações. Fonte: Adaptado de MOTTA, 2001.	29
Figura 3	Distribuição de áreas verdes no Rio de Janeiro (2008). Fonte: Adaptado de MARIANO, 2009.	83
Figura 4	Distribuição de museus em Goiânia (2010). Fonte: Adaptado de DIAS, 2011.	84
Quadro 1	Seleção de fontes e dos locais de coleta. Fonte: Elaborado pelos autores com base em CAMPOS; FARIA; SANTOS, 2010.	23
Quadro 2	Enfrentamentos dos nós críticos. Fonte: Elaborado pelo autor com base em MATUS, 1989.	33
Quadro 3	Identificação de recursos críticos. Fonte: Elaborado pelo autor com base em MATUS, 1989.	33
Quadro 4	Proposta de ações para motivações dos atores. Elaborado pelo autor com base em MATUS, 1989.	34
Tabela 1	Distribuição dos museus nas diferentes regiões do Brasil (2002). Fonte: Adaptado de BOTELHO; FIORE, 2004.	82
Tabela 2	Distribuição de áreas verdes no Rio de Janeiro (2008). Fonte: Adaptado de MARIANO, 2009.	83



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
Unidade 1	
CONCEITOS, MÉTODOS E ESTRATÉGIAS PARA O DIAGNÓSTICO	15
AULA 1	
Introdução à Unidade 1	16
AULA 2	
O que propõe o diagnóstico de realidade?	17
AULA 3	
Informações prévias para construção do diagnóstico	19
AULA 4	
Princípios que dão suporte ao Método de Estimativa Rápida	22
AULA 5	
Processo de sistematização	28
AULA 6	
Etapas para construção de um Plano de Ação a partir da realização de diagnóstico	31
AULA 7	
Contextualizando a realidade e sua aplicação com informações importantes de esporte e lazer	35
ATIVIDADE 1	38
ENCERRAMENTO DA UNIDADE 1	39
Unidade 2	
DIAGNÓSTICO QUALITATIVO DA REALIDADE LOCAL	41
AULA 8	
Princípios para um diagnóstico qualitativo	42
AULA 9	
Cultura: um conceito central para elaboração de diagnósticos atentos a contextos e experiências singulares	44
AULA 10	
Atenção às alteridades	46
AULA 11	
Enfatizando uma rica diversidade de experiências culturais que encontram centralidade no corpo e no movimento	47
AULA 12	
Orientações metodológicas para a realização de diagnósticos qualitativos	49

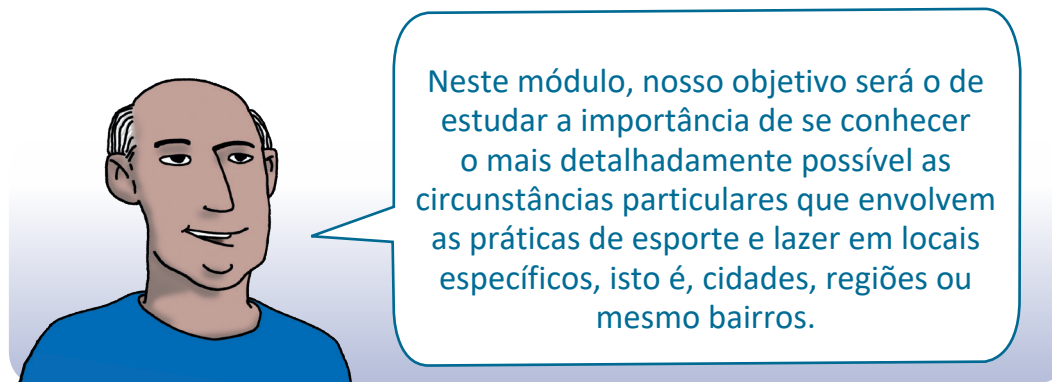
AULA 13		
Princípios para a realização do trabalho de campo		51
AULA 14		
Relacionando o conhecimento acumulado		53
ATIVIDADE 2		54
ENCERRAMENTO DA UNIDADE 2		55
Unidade 3		
DIAGNÓSTICOS QUANTITATIVOS SOBRE O ESPORTE E O LAZER		57
AULA 16		
Dificuldades para o conhecimento sobre esporte e lazer no Brasil		58
AULA 17		
Pesquisas sobre oportunidades de lazer no Brasil		60
AULA 18		
Organizando as informações sobre o esporte e o lazer da sua cidade		62
AULA 19		
Distribuição de oportunidades de lazer no Brasil		64
AULA 20		
O papel dos governos nas desigualdades de oportunidades no acesso ao lazer		66
AULA 21		
Possíveis efeitos da melhoria no acesso aos equipamentos de esporte e lazer		68
AULA 22		
Sexo, gênero e acesso ao lazer		70
AULA 23		
Lazer e escolarização		72
ATIVIDADE 3		73
ENCERRAMENTO DA UNIDADE 3		74
CONSIDERAÇÕES FINAIS		75
ATIVIDADE FINAL		77
REFERÊNCIAS		85
SOBRE OS AUTORES		89

APRESENTAÇÃO

Prezados cursistas,

Bem-vindos ao módulo de Diagnóstico da Realidade Local. A finalidade deste módulo é apresentar a importância de um adequado conhecimento da realidade local para o planejamento de ações e políticas de esporte e lazer. O diagnóstico da realidade local é condição importantíssima para uma oferta adequada de atividades nesse setor, na medida em que permite conhecer disponibilidades e carências infraestruturais, bem como expectativas e demandas da população a ser atendida. Nesse sentido, o módulo deverá apresentar um balanço geral a respeito dos espaços, hábitos e preferências de esporte e lazer no Brasil e do brasileiro. O módulo deverá, também, apresentar técnicas básicas para um diagnóstico da realidade local com relação a esses aspectos: espaço, hábitos e preferências.

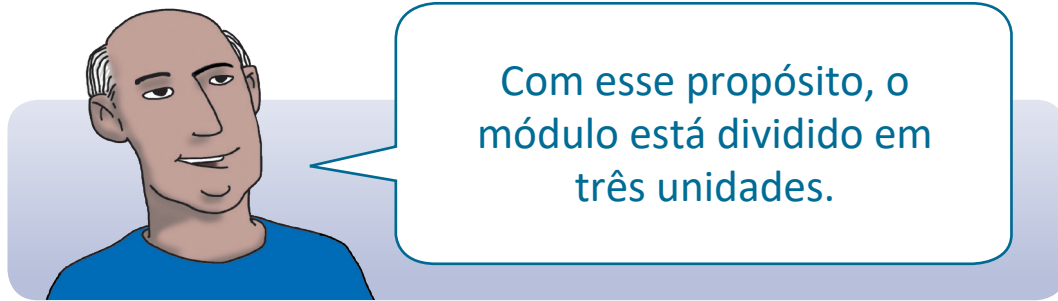
OBJETIVOS



Neste módulo, nosso objetivo será o de estudar a importância de se conhecer o mais detalhadamente possível as circunstâncias particulares que envolvem as práticas de esporte e lazer em locais específicos, isto é, cidades, regiões ou mesmo bairros.

Ao final deste módulo, você deverá ser capaz de realizar diagnósticos qualitativos e quantitativos sobre o esporte e o lazer em locais específicos, apresentados a seguir:

- diagnósticos quantitativos são aqueles que utilizam informações de ordem numérica, referente à quantidade;
- diagnósticos qualitativos, como o nome sugere, são aqueles relativos à avaliação da qualidade da experiência de esporte e lazer, algo, de certo modo, mais subjetivo.



A Unidade 1 tem como objetivo apresentar a importância e os motivos para se realizar um diagnóstico da realidade local antes de se elaborar projetos de esporte e lazer, bem como contribuir para apreender estratégias metodológicas que facilitem a elaboração de um diagnóstico da realidade.

A Unidade 2 tem como objetivo apresentar uma concepção de diagnóstico relacionada aos aspectos qualitativos da realidade local. Propomos que a elaboração de um diagnóstico seja coerente com as singularidades da vida das pessoas, elaborando metodologias e dados qualitativos que nos possibilitem relacionar conhecimentos que se constituam nas experiências cotidianas com essas pessoas, em suas formas de envolvimento e participação na vida social.

Já na Unidade 3 estudaremos algumas maneiras de se realizar diagnósticos relacionados às dimensões quantitativas da realidade local.

Para o desenvolvimento das leituras e atividades avaliativas, a carga horária das unidades foi organizada da seguinte maneira: as Unidades 1 e 3 possuem 10 horas cada e a Unidade 2 possui 25 horas, totalizando, assim, um módulo de 45 horas-aula.

AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO NO MÓDULO

O acompanhamento das atividades ocorrerá ao longo de todas as semanas do módulo. Sua aprovação será resultado da entrega das atividades nas datas previamente definidas pelo cronograma do módulo. Portanto, procure se organizar para os estudos de maneira que essa experiência possa ser exitosa.

Como nos módulos anteriores, serão propostas atividades e sugestões de leituras complementares. Tudo para ajudar sua aprendizagem.

Bons estudos!

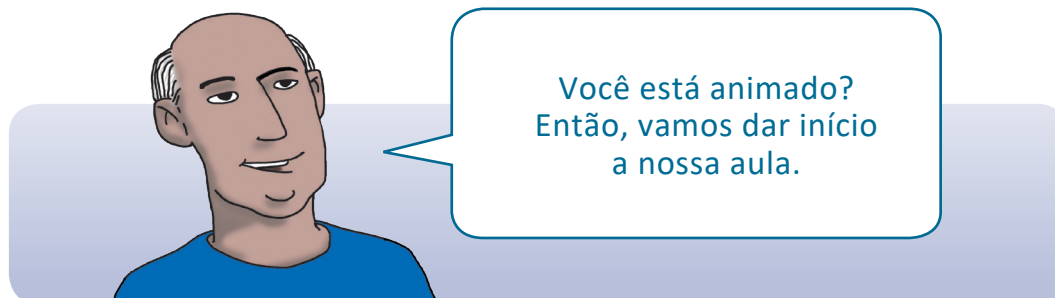
Cleber Dias
José Alfredo Oliveira Debortoli
José Nildo Alves Caú

Unidade

1

CONCEITOS, MÉTODOS E ESTRATÉGIAS PARA O DIAGNÓSTICO

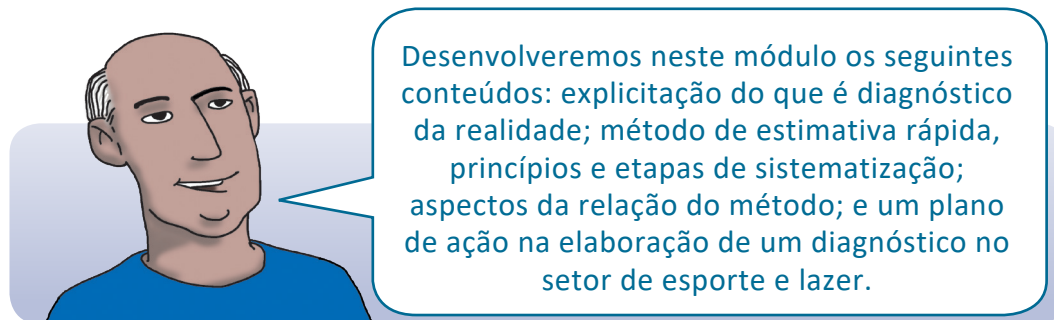
O objetivo desta unidade é possibilitar aos alunos a compreensão de conceitos, métodos e estratégias que permitam realizar diagnósticos. Ao estudar esta unidade, o aluno deverá ser capaz de estabelecer uma leitura compreensiva sobre o diagnóstico da realidade enquanto uma prática social que possibilita apreender a realidade de determinado território na sua totalidade, ao mesmo tempo que seja capaz de problematizar e apreender os conceitos e aspectos relevantes que facilitem o entendimento dos processos que constituem as etapas de elaboração de um diagnóstico da realidade local. Esperamos que o aluno tenha a compreensão do método de estimativa de maneira rápida, reunindo os conhecimentos necessários para que, ao final, apreenda as capacidades e domínio para a elaboração de um diagnóstico da realidade local e tenha êxito na prática no setor de esporte e lazer.



AULA 1

INTRODUÇÃO À UNIDADE 1

Nesta unidade, estudaremos as estratégias para elaboração de um diagnóstico, como parte de um dos estágios do desenvolvimento da política pública de esporte e lazer, que visa levantar as condições prévias da implementação de ações. Assim, convidamos a todos para conhecer e compreender alguns elementos que nos ajudam a fazer a leitura adequada do conhecimento da realidade local e oferecer as informações para o planejamento de ações, projetos e programas de esporte e lazer. O diagnóstico da realidade local é condição importantíssima para uma oferta adequada de atividades nesse setor, na medida em que permite conhecer as disponibilidades e carências de infraestruturas e programação, bem como as expectativas e necessidades dos diferentes segmentos a serem atendidos com as políticas públicas.



POR QUE UTILIZAR O DIAGNÓSTICO DA REALIDADE?

Um dos grandes problemas enfrentados no processo de planejamento das políticas públicas de esporte e lazer aponta para a insuficiência de informações prévias no estágio que antecede o processo de implementação de ações, gerando, com isso, pouca efetividade entre os interesses da população a ser beneficiária das atividades e os objetivos propostos para a política. Vários fatores podem interferir no desenvolvimento de um projeto ou de um programa de esporte e lazer. Dentre eles, situamos o diagnóstico como peça-chave para o estágio do levantamento das informações prévias para planejar as ações.

A avaliação antes (*ex ante*) sempre foi muito estimulada e induzida nos programas financiados pelos organismos multilaterais de financiamento, especialmente aqueles voltados à infraestrutura econômica e ao desenvolvimento urbano. Essas avaliações consistem em análises de custo-benefício, de custo-efetividade e das taxas de retorno econômico dos investimentos previstos (LOBO, 1998).



SAIBA MAIS

Sugerimos a leitura do artigo de Jefferson Mainardes: MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/eK7eny>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

AULA 2

O QUE PROPÕE O DIAGNÓSTICO DE REALIDADE?

Identificar e analisar a situação do esporte e lazer na cidade passa por caracterizar os principais problemas que a população vive no seu cotidiano, explicar suas causas, perceber os efeitos, antecipar a forma de intervenção que será capaz de mobilizar o apoio da sociedade e, assim, alcançar o sucesso, repercutindo na vida das pessoas beneficiárias. Enfatizamos que diagnóstico significa “através do conhecimento” e que tem como grande desafio levantar dados e transformá-los em informação para alimentar o processo de planejamento. É importante dizer que os grandes desafios, na busca dos conhecimentos prévios para o planejamento das políticas públicas de esporte e lazer, remetem à capacidade dos grupos ou sujeitos envolvidos em identificar, descrever e explicar os principais problemas situados em determinado território. Contribuindo, assim, para enumerar e definir as ações prioritárias, no sentido de atender as demandas da população e elaborar um Plano de Ação cuja orientação está balizada pelas prioridades.



SAIBA MAIS

Sugerimos a consulta do livro: SOUZA, E. S. de *et al.* *Sistema de monitoramento & avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério de Esporte*. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

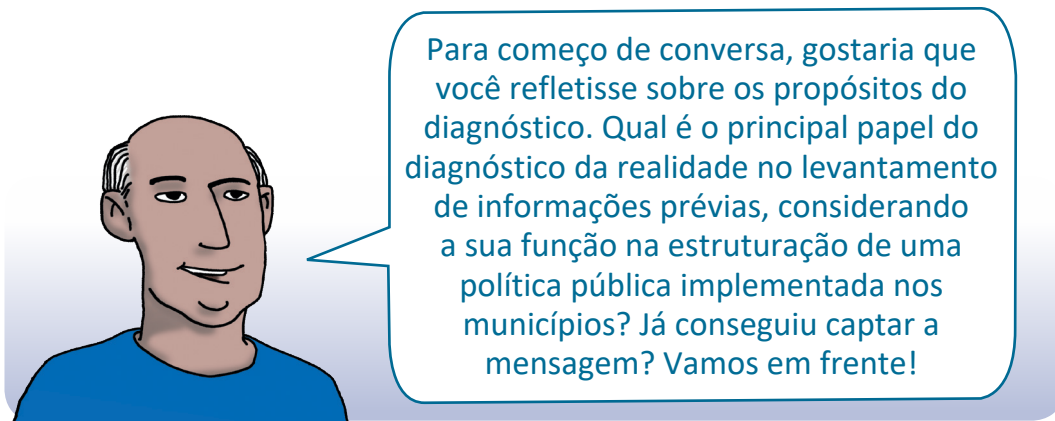
CONHECER A CIDADE PARA RETRATAR A REALIDADE

Conhecer sua cidade é fundamental! A cidade é única, com suas particularidades que podem ser mapeadas por meio do perfil socioeconômico dos cidadãos, suas formas de se relacionarem, suas práticas, suas representações e seus símbolos, resultando em suas maneiras de viver. Ressalta-se que a elaboração de um diagnóstico demanda montar um quadro com indicadores demográficos das condições de vida, educação, mercado de trabalho, desempenho econômico (Produto Interno Bruto) etc. Com isso, não devemos perder de vista que uma das principais características da realidade brasileira é a acentuada diversidade existente entre as regiões, estados, municípios, bairros, populações e grupos. Portanto, quanto mais levantarmos as informações e pontos de vistas das pessoas, maior será a possibilidade de identificar e avaliar os problemas e as demandas para o desenvolvimento das ações de esporte e lazer.



SAIBA MAIS

Veja os resultados da Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios do IBGE de 2013, disponível em: <<https://goo.gl/S3iYKW>>. Ela define a janela para olhar o país, fornecendo informações sobre educação, trabalho, rendimento, habitação, fecundidade, migração, nupcialidade, características domiciliares, tecnologia da informação etc. De posse dos dados, você poderá compreender a realidade e seus indicadores sociais na construção do diagnóstico.



Para começo de conversa, gostaria que você refletisse sobre os propósitos do diagnóstico. Qual é o principal papel do diagnóstico da realidade no levantamento de informações prévias, considerando a sua função na estruturação de uma política pública implementada nos municípios? Já conseguiu captar a mensagem? Vamos em frente!

Diagnosticar significa ir além da percepção imediata, da mera opinião (do grego, *doxa*) ou descrição, é problematizar a realidade, procurar apreender suas contradições, seu movimento interno, de tal forma que se possa superá-la por uma nova prática, fertilizada pela reflexão teórica crítica (VASCONCELLOS, 2008, p. 190).

AULA 3

INFORMAÇÕES PRÉVIAS PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO

FORMA DE SISTEMATIZAÇÃO

Para que as políticas públicas de esporte e lazer obtenham o sucesso desejado, deve-se mergulhar no conhecimento da realidade do município, dos equipamentos existentes, do público, dos interesses esportivos e culturais e das necessidades e aspirações da população. Ao caracterizar e analisar a situação atual, é possível planejar sua transformação, definir quais os problemas pretende-se resolver, considerando insatisfações, demandas e expectativas dos envolvidos (BONALUME; ECHER, 2009).

Todo processo de planejamento exige, inicialmente, um método para mergulhar na leitura da realidade, disponibilizando informações significativas a respeito da situação estudada. Essa temática da orientação para realização de pesquisa de campo já foi tratada na aula anterior. A partir do próximo tópico, vamos conhecer uma estratégia metodológica bastante usada na área da saúde que poderá nos ajudar nas nossas incursões de elaboração de diagnóstico da realidade e na apresentação das etapas para construir um Plano de Ação.

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO: MÉTODO DA ESTIMATIVA RÁPIDA

Tomando como exemplo de diagnóstico o Método de Estimativa Rápida, estratégia muito adotada na área da saúde, tem-se como perspectiva orientadora de elaboração o envolvimento dos sujeitos de forma participativa, constituindo equipes de agentes sociais, técnicos e representantes das comunidades para o levantamento das informações por meio de entrevistas de informantes e registros de observações da realidade que se quer conhecer.



Mas, afinal de contas, como realizar um diagnóstico da realidade de um bairro, de uma cidade e de uma região onde atuamos e/ou onde pretendemos intervir, se não conhecemos a realidade? Para tanto, o que precisamos apreender?

Precisamos conhecer e identificar os problemas mais importantes relacionados às condições da realidade onde vamos atuar, desvelando as suas causas e suas consequências.

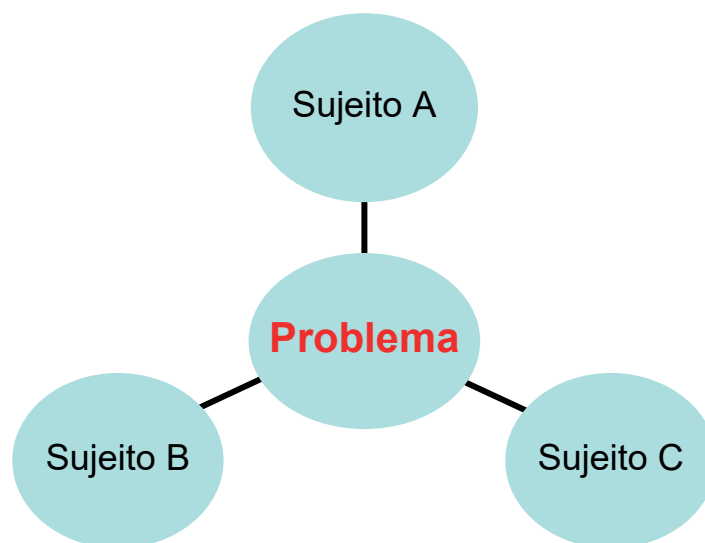


Figura 1 – Desenho do plano de intervenção

A imagem expressa a importância da participação da população no processo de elaboração de um diagnóstico da realidade, que ganha centralidade na estratégia do Método de Estima Rápida com o envolvimento das pessoas. Ele tem a finalidade de identificação de suas necessidades e problemas a serem enfrentados por meio das políticas públicas.

Matus (1997) destaca que um problema é uma situação insatisfatória acumulada, ou seja, é a discrepância entre uma situação dita real e a situação ideal e desejada.

No âmbito do levantamento dos problemas de uma determinada cidade/bairro, ganha destaque o nível de envolvimento da população para a sua identificação e na compreensão de suas causas, constituindo-se em um dos grandes desafios do processo de planejamento. Isso diz respeito à capacidade dos agentes sociais que planejam identificar os problemas, descrevê-los e explicá-los em relação a um determinado setor, situado em um território, buscando, assim, definir as prioridades que demandam maior atenção na solução e que vão constituir-se em um plano de intervenção.



SAIBA MAIS

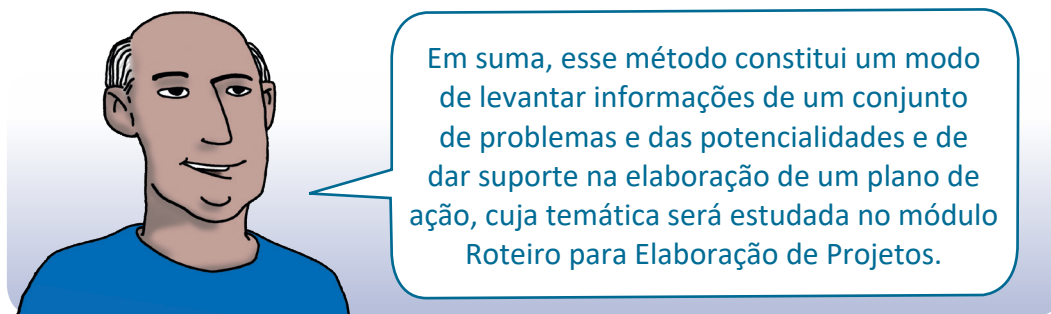
Para aprofundar a compreensão em relação ao método de diagnóstico de estimativa rápida, sugerimos a leitura do livro: CAMPOS, F. C. C. de; FARIA, H. P. de; SANTOS, M. A. dos. *Planejamento e avaliação das ações em saúde*. 2. ed. Belo Horizonte: Coopmed/UFMG, 2010.

O QUE É O MÉTODO DE ESTIMATIVA RÁPIDA?

Esse método constitui uma abordagem que ajuda a levantar informações sobre determinado conjunto de problemas e sobre as condições potenciais para enfrentá-los, num certo período de tempo, na construção da tomada de decisão coletiva.

Para os pesquisadores Campos, Farias e Santos (2010), a expressão “rápida” é definida em função da condição do tempo otimizado para o levantamento das informações e análises dos dados. Apresenta-se como uma das principais vantagens ser bastante rápida e eficiente nos custos, possibilitar o envolvimento e a participação da comunidade e facilitar as relações intersetoriais no seu processo de materialização.

Para nossos propósitos, a Estimativa Rápida caracteriza-se como primeira etapa do processo de planejamento e não deve ser encarada como uma coleção de dados fora do contexto que pretende desvelar e conhecer. Visa identificar os problemas do território (comunidade, bairro, cidade, região) e intervir no enfrentamento para o desenvolvimento de políticas públicas.



Objetivo do método: identificar, principalmente, quais os problemas de uma comunidade, não definindo, na maioria das vezes, quantas pessoas são afetadas por esse problema.

Não é um método que possibilita uma visão mais profunda dos problemas de uma área geográfica específica ou sobre determinado problema. É uma estratégia metodológica de coleta e de análise de informações para elaboração de um plano de intervenção. Esse método tem semelhança a um trabalho de mapeamento de uma determinada área geográfica, que contribui para desvelar os aspectos principais, definido, na analogia da pesquisadora Pinheiro e Mattos (2006), como as colinas, os rios e os vales, sem, entretanto, preocupar-se em definir qual é a altura dessas colinas, a profundidade desses rios e a extensão desses vales.

AULA 4

PRINCÍPIOS QUE DÃO SUPORTE AO MÉTODO DE ESTIMATIVA RÁPIDA

São princípios que dão suporte ao Método de Estimativa Rápida:

1. coletar somente os dados pertinentes e necessários, considerando que esse método é um dos modos pelo qual se pode fazer uma avaliação rápida. Não coletar dados demais ou que não estejam relacionados com os propósitos do diagnóstico da realidade;
2. obter informações que possam refletir as condições e as especificidades locais, adaptando as investigações para esse fim. Assim, por exemplo, numa entrevista a uma liderança comunitária, as perguntas deverão considerar a realidade e os valores locais;
3. envolver a população na realização do diagnóstico da realidade. Devemos mobilizar a população, comunidade, lideranças e representantes das instituições no processo de coleta das informações, na definição dos problemas e na busca das soluções pertinentes, e não apenas fornecer informações para que os gestores as usem visando obter a aceitação para uma intervenção na área estudada.



FIQUE ATENTO

Se você avaliar a renda familiar e as formas de ocupação do tempo livre em áreas de baixa renda, onde o desemprego é alto, e perguntar sobre as faixas salariais e sobre o que fazem nas suas férias, a pesquisa muito pouco vai informar sobre a população, pois a grande maioria não recebe salários e não goza desse direito trabalhista. Portanto, devemos formular questões coerentes com a realidade a ser conhecida.



SAIBA MAIS

Para aprofundar os estudos sobre a forma de participação no processo de tomada de decisão, sugerimos a leitura do artigo: GANDIN, D. A posição do planejamento participativo entre ferramentas e intervenções na realidade. *Revista Currículo sem Fronteira*, v. 1, n. 1, p. 81-95, jan./jun. 2001.

É muito importante saber que esse método apresenta limites, considerando que não é uma pesquisa que quantifica o tamanho do problema. Depois que os problemas foram identificados e priorizados, outros estudos para a quantificação do problema podem ser necessários.

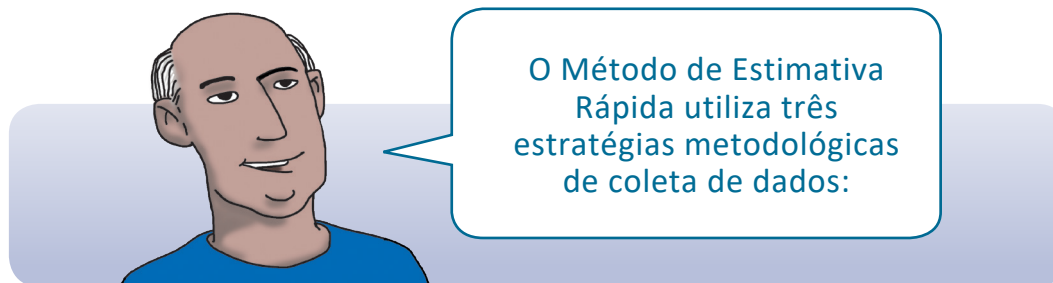
O método não é uma base de comparação dos problemas em diferentes áreas do município ou em relação a outros municípios ou regiões.

Devemos considerar que a Estimativa Rápida é específica para a situação que está sendo planejada, apontando-se como ponto de partida para o planejamento, não podendo ser encarada

como um conjunto de dados fora do contexto que se está buscando conhecer (CAMPOS; FARIA; SANTOS, 2010).

Nos módulos anteriores a este, são apresentados outros métodos de diagnóstico como exemplos de trabalhos de campo que mergulham em profundidade na realidade local por meio de outras estratégias metodológicas que ajudam a compreender a realidade estudada.

FONTES DE COLETA DE DADOS



1. os registros escritos existentes ou fontes secundárias;
2. entrevistas com informantes-chaves, utilizando roteiro ou questionários curtos;
3. observação ativa na realidade estudada.

Ainda dentro do processo de desenvolvimento adequado do método, alguns aspectos devem ser considerados na condução do processo de elaboração no conjunto da equipe de agentes sociais:

- determinação para descobrir e examinar registros escritos necessários, conforme área estudada;
- disposição para aprender com o agente local e usar os recursos locais;
- ouvir e ter sensibilidade a tudo que possa ser observado diretamente na realidade a conhecer;
- uso do bom senso na análise das informações.



FIQUE ATENTO

A seguir há um exemplo como sugestão de seleção de informações importantes e as fontes de coleta necessárias para a construção de um Plano de Ação, no qual destacamos os documentos a serem examinados, os temas a serem abordados nas entrevistas e o que deve constar no roteiro para observação da área.

Quadro 1 – Seleção de fontes e dos locais de coleta

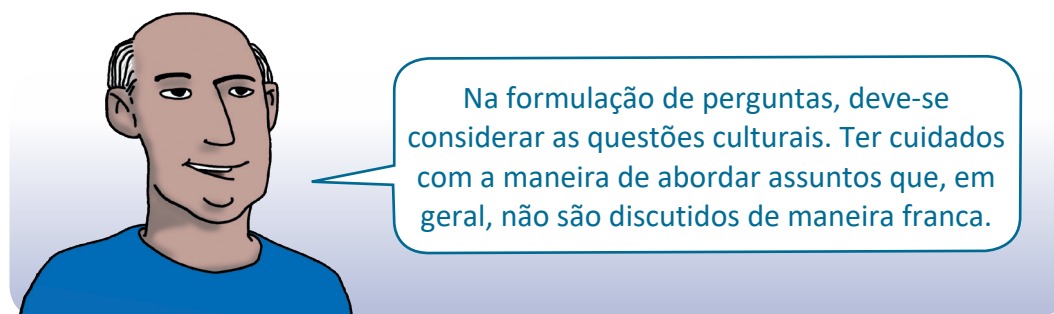
Informação	Fontes		
	Entrevista	Observação	Registro
Condições de moradia	Sim	Sim	Prefeitura/IPTU
Renda familiar	Sim	–	IBGE
Abastecimento e armazenamento de água	Sim	Sim	Companhia de água/IBGE
Mortalidade	Sim	–	Secretaria de Saúde/NASF

SUGESTÕES PARA IDENTIFICAÇÃO DOS INFORMANTES-CHAVES

Devem-se considerar aquelas pessoas que supostamente têm informações importantes sobre a condição de vida da população, da comunidade, bairro, seus interesses e valores locais.

Sugestões de informantes-chaves:

- trabalhadores dos equipamentos públicos locais (serviços de saúde, escolas, creches, equipamentos de esporte e lazer, assistência social etc.);
- lideranças comunitárias: diretores de organizações comunitárias, líderes religiosos, presidentes de clubes esportivos, membros de associações da terceira idade, lideranças de grupos femininos e peladeiros locais, representante de grupos de jovens etc.;
- comerciantes, donos de estabelecimento de diversão, donos de farmácias (grupos de usuários de medicamentos);
- organizações não governamentais que atuam na região, grupos culturais e esportivos.



ORGANIZAÇÃO DO ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Na introdução do questionário a ser aplicado, deve constar uma explicação sobre o motivo da entrevista e sobre quem a está solicitando. Além disso, é importante:

- ter compromisso rigoroso com os questionários preenchidos e informar que eles serão tratados confidencialmente e que as declarações mencionadas no relatório final permanecerão no anonimato;
- o roteiro deve constar dado de identificação do informante-chave. Pode inserir: nome, sexo, idade, função ou posição que ocupa na comunidade etc. Essas informações são importantes para o processo de análise das entrevistas;
- o roteiro deve começar com as perguntas mais simples para deixar os informantes mais à vontade e criar um clima de confiança para que possam fluir as demais questões;
- deve-se construir um roteiro que possa ser aplicado a todos informantes-chaves. As vantagens são poupar tempo na preparação do roteiro e, mais importante, obter respostas sobre um mesmo assunto, de pessoas diferentes.

Observações ativas: devemos atentar o nosso olhar para o ambiente físico, para coletar informações sobre as condições do contexto, suas potencialidades e os problemas que podem nos ajudar na confrontação dos dados levantados nos registros, como as condições dos equipamentos públicos e os serviços oferecidos às comunidades na área de saúde, educação, esporte, lazer, cultura e assistência social, buscando-se perceber como é ofertado, o nível de atendimento à população, bem como a ausência deles na comunidade.

Devemos considerar essas informações para a elaboração de um roteiro contendo variáveis a serem observadas. Elas devem ser anotadas e serão comparadas com as dos outros membros da equipe durante a análise dos dados. As observações são muito importantes para validar o conteúdo ou invalidar informações obtidas em entrevistas ou nos registros existentes.



FIQUE ATENTO

Por exemplo, você, com a equipe de agentes, vai observar, numa praça da cidade, um programa de esporte e lazer que tem como meta atender 250 pessoas, cujas informações dos registros apontados no relatório mensal das atividades sistemáticas assinalavam que estão sendo atendidos 100 usuários. Entretanto, na visita realizada para coletar dados e entrevistar os participantes, identificou-se que as pessoas não estão frequentando o programa e as modalidades e os horários apresentados não condizem com os relatórios. Ou seja, as informações levantadas possibilitam confrontar a realidade observada com os registros no processo de análise dos dados para tomada de decisão. Para tanto, acentua-se a importância de se apropriar das informações da realidade exposta e, assim, problematizá-la para intervir de forma mais efetiva no atendimento dos interesses dos participantes do programa.

COLETA DE DADOS DE FONTES SECUNDÁRIAS (REGISTROS EXISTENTES)

Apresentamos uma lista com sugestões de fontes secundárias para coleta de dados:

- registros referentes ao planejamento municipal para o setor;
- recursos orçamentários para a área;
- pesquisas realizadas por organizações governamentais e não governamentais;
- registros históricos em acervos da cidade;
- registros de estudos realizados por organismos internacionais sobre o setor;
- registro de ministérios (esporte, saúde, educação).

Na Unidade 3, que trata de diagnósticos quantitativos sobre esporte e lazer, são apresentados questões e estudos que aprofundam essa temática.

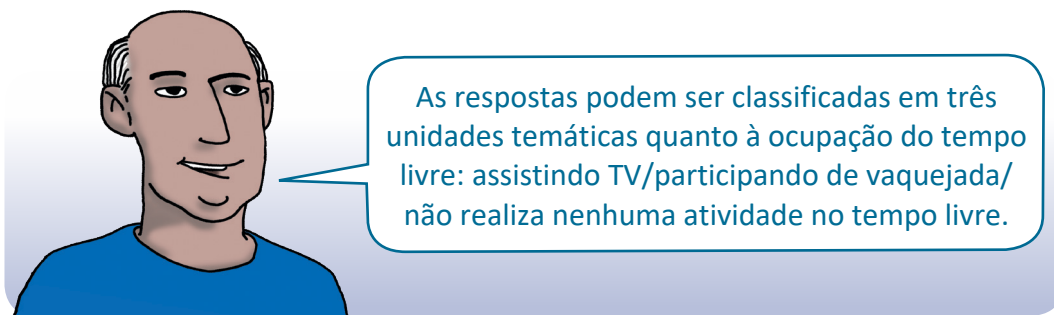
ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados, principalmente nas entrevistas e nas observações, serão de natureza qualitativa e, em sua maioria, não quantificáveis. Para sistematização de tais dados, podem-se considerar três etapas:

1. identificação de categorias;
2. classificação de respostas;
3. interpretação das descobertas.

IDENTIFICAÇÃO DE CATEGORIAS E CLASSIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS

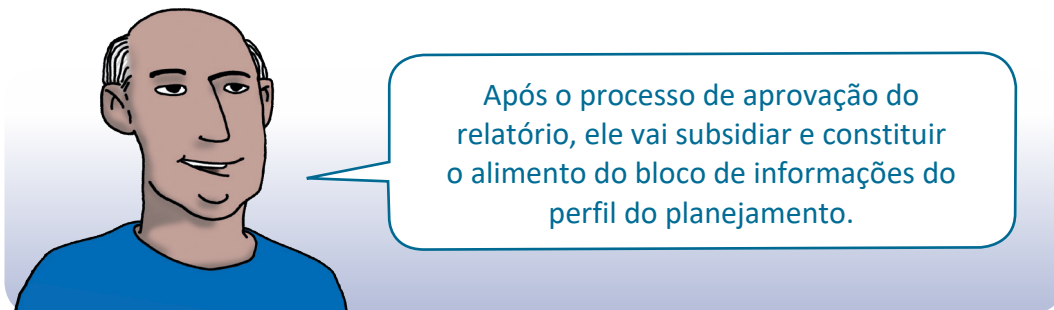
Para que os dados façam sentido, é necessário fazer uma leitura das respostas e dos depoimentos sistematizados e agrupar em unidades temáticas. Por exemplo, estamos pesquisando as formas de ocupação do tempo livre de um grupo de jovens de uma determinada comunidade rural, onde um grupo aponta como forma de ocupação “assistir televisão”, outro grupo aponta “correr vaquejada” e outro grupo responde que “não fazem nada”.



As respostas podem ser classificadas em três unidades temáticas quanto à ocupação do tempo livre: assistindo TV/participando de vaquejada/não realiza nenhuma atividade no tempo livre.

A identificação das categorias permite organizar as respostas de forma que sejam agrupadas para a análise. Depois que todos os informantes-chaves forem entrevistados, as categorias para análise devem ser identificadas e sistematizadas. Reforçamos que se deve definir um limite para o número de categorias. Na maioria das vezes, estabelece-se entre três e cinco categorias. Elas devem considerar as fontes secundárias e a observação.

A interpretação e descobertas pode ser organizada considerando o preparo para uma segunda etapa de entrevista, se concluído que seja necessário, na qual se devem comparar as informações sistematizadas das entrevistas, a observação ativa e os registros existentes. Caso haja discrepâncias nas informações, toma-se a decisão de realizar ou não novas incursões na realidade. Como resultado, produz-se um relatório com o resumo dos dados de cada categoria com as principais conclusões em relação a cada pergunta. Essa síntese deve ser examinada e aprovada pela equipe.



Após o processo de aprovação do relatório, ele vai subsidiar e constituir o alimento do bloco de informações do perfil do planejamento.

Para melhor enfatizar as etapas do Método de Estimativa Rápida, reforçamos que, após identificação ou levantamento dos dados prévios, vem sua descrição e explicitação, compreensão da realidade problematizada e, a partir desse caminho, poderemos coletivamente definir nossas prioridades diante do pactuado pelo grupo.



ATIVIDADE DE FIXAÇÃO

Considerando o que foi estudado até aqui, realize a Atividade 1.

1. Marque a afirmativa **correta**. Indique a afirmação coerente com a proposta de diagnósticos qualitativos:
 - a) devemos nos ater ao conhecimento dos espaços e da infraestrutura disponível;
 - b) os hábitos e as formas de organização cotidiana, por serem diversas e sem uma unidade, acabam por atrapalhar o entendimento do que seria uma oferta adequada de lazer;
 - c) o reconhecimento dos hábitos e dos processos de organização das pessoas envolvidas é que dará sentido a uma oferta adequada de experiências de lazer, permitindo conhecer, compreender e relacionar possibilidades e demandas da população atendida;
 - d) deve-se evitar em um diagnóstico qualitativo que relaciona diferentes fontes e informações das pessoas em suas formas de participação na vida cotidiana.

Resposta: (C) É a opção que melhor atende os aspectos importantes que devem ser levados em consideração, enquanto informações prévias que nos ajudam a compreender a realidade. Destacamos, com isso, a necessidade de conhecer e compreender as problemáticas que devem ser priorizadas na sistematização de um diagnóstico da realidade para estruturação de uma política de esporte e lazer.

PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO

PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO: ELABORAÇÃO DE PERFIL DE PLANEJAMENTO

O processo de sistematização e a elaboração de Perfil de Planejamento tratam da descrição da situação estudada dos sujeitos que vivem nos municípios, bairros e comunidades onde pretende-se intervir com as ações necessárias para melhorar as condições de vida das pessoas. Alguns aspectos são levados em consideração nesses processos: necessidades, estruturas, capacidades e envolvimento da população; o ambiente físico e socioeconômico; a disponibilidade de serviços ambientais e sociais; e a política desenvolvida do governo nos referidos setores (a referência desse método é a de saúde que pode ser adaptada para outros setores).



FIQUE ATENTO

O conceito de “situação” expressa a condição a partir da qual os indivíduos ou grupos interpretam e explicam uma realidade. Portanto, uma situação pressupõe a existência de atores sociais que interpretam e explicam a realidade, estando, dessa forma, estabelecida a possibilidade de conflitos, já que os atores envolvidos podem ter interesses e objetivos diferentes. Logo, uma situação pode ser compreendida como um espaço socialmente produzido no qual nós desempenhamos um papel e intervimos da mesma forma que outros (MATUS, 1989; 1997). Para tanto, pode-se reiterar a importância da apreensão das informações acerca da realidade com a finalidade de subsidiar a construção do plano de intervenção em conjunto com todos os atores envolvidos.

CARACTERÍSTICAS A SEREM CONSIDERADAS NA ELABORAÇÃO DO PERFIL DE PLANEJAMENTO

As ações a seguir são importantes na elaboração do perfil do planejamento:

- enfatizar as necessidades identificadas pela população, considerando as informações levantadas dos espaços de tomada de decisão entre os agentes sociais e a comunidade envolvida;
- considerar que ele é preparado com o reconhecimento de que as populações, principalmente as urbanas, muitas vezes, sofrem transformações relativamente rápidas, portanto, o perfil reflete a situação do momento, ou seja, o perfil sofre mudanças.

PERFIL DE PLANEJAMENTO: BLOCO DE INFORMAÇÕES

O papel do Perfil de Planejamento se caracteriza como uma descrição da situação de saúde ou, adaptado ao esporte e lazer, das condições de vida das pessoas que residem numa determinada área/bairro/comunidade definida e que pode servir de referência para identificar problemas, causas, limites e potencialidades na construção do diagnóstico, auxiliando na formulação e na intervenção através das políticas públicas, na referida realidade local analisada.

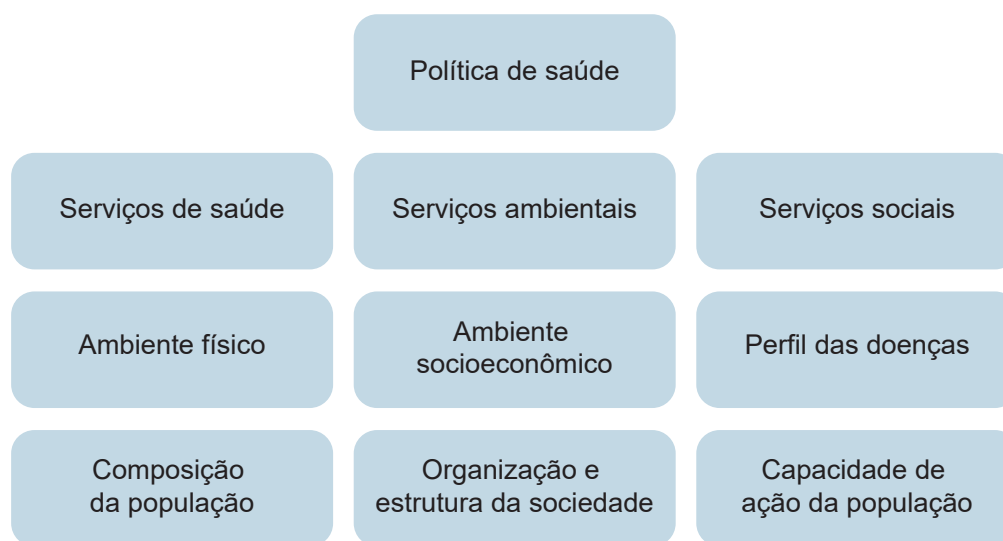
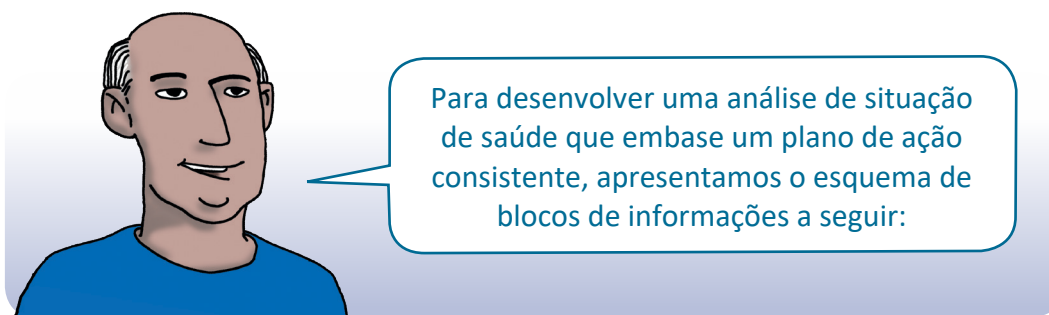


Figura 2 – Esquema de bloco de informações

Na imagem anterior, a base da pirâmide é formada pelo conjunto de informações relativas a estruturas, interesses, potencialidades e fragilidades de ação das lideranças, organizações e da população estudada, a saber:

- ambiente físico: habitação, saneamento, ocupação do solo, pavimentação, espaço de lazer etc.;
- ambiente socioeconômico: nível de escolaridade, renda, inserção no mercado de trabalho, ocupação do tempo livre etc.;
- perfil de doenças da população: principais causas de morbimortalidade.

O segundo nível descreve os fatores socioecológicos que influenciam as condições de vida da população, incluindo o ambiente físico, as condições socioeconômicas e as doenças que acometem a população. As informações são importantes para que se possa investigar os potenciais e os limites existentes para a melhoria das condições de vida da comunidade estudada. Além das informações sobre o meio ambiente físico e os aspectos sociais, focalizam-se as crenças, os valores e os interesses que podem facilitar ou interferir no processo de mudança de atitude das pessoas. Nesse nível, há, também, o levantamento de informações sobre a existência, a cobertura de serviços na comunidade e nos municípios, considerando: saúde, ambientais (abastecimento

de água, coleta de lixo etc.) e serviços sociais (creches, escolas, clubes, espaços de esporte e lazer, igrejas, associações, ONGs, entre outros). O primeiro nível refere-se às informações de políticas públicas formuladas pelos níveis municipais, estaduais e federal, sendo elas os programas implementados no município e inseridos nas comunidades.

É importante dizer que o acesso às informações prévias acerca do esporte e lazer pode permitir avaliar se os governantes estão comprometidos às políticas locais e na garantia do esporte e lazer como direito social, possibilita, ainda, analisar o nível do apoio da gestão ao setor e o compromisso com o avanço no atendimento dos interesses da população.

Como vimos, o Método da Estimativa Rápida se apresenta como uma das estratégias metodológicas possíveis de se chegar a um diagnóstico da situação da realidade local de uma determinada população. Uma das vantagens desse método é a potencialidade de elaborar um Perfil de Planejamento enquanto um instrumento de sistematização de uma realidade, de maneira rápida e com baixo custo. Pode-se utilizar registros já existentes do seu município, dados secundários, entrevistas e observação ativa a fim de subsidiar o mapeamento dos principais problemas e nas possibilidades de enfrentamento. Destacamos esse método por ser muito utilizado na área da saúde, mas que pode ser incorporado como mais uma possibilidade de construção de um diagnóstico de forma participativa por outras áreas. Nesse sentido, na próxima aula, apresentaremos, de forma sintética, as etapas do processo de construção do Plano de Ação subsidiado pelo diagnóstico da realidade, considerando que essa temática será abordada no módulo de Roteiro para Elaboração de Projetos.



Antes de prosseguir,
retome a leitura das
aulas anteriores.

AULA 6

ETAPAS PARA CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO A PARTIR DA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO

Podemos destacar como ponto de partida para construção do Plano de Ação a identificação dos principais problemas da realidade estudada para produção de informações que nos ajude a conhecer as causas e as consequências da dificuldade. Quando falamos de um problema, não estamos tratando de algo isolado, mas de todos os problemas relacionados a ele, ou seja, suas causas e consequências. É importante estabelecer uma lista de obstáculos.

Ao levantarmos os problemas, estabelecemos a seleção ou priorização daqueles que serão enfrentados, uma vez que nem todos poderão ser resolvidos ao mesmo tempo. Deve ser levada em consideração a importância do problema, sua urgência e a própria capacidade para resolvê-lo. Outros critérios poderão ser utilizados. Pode-se produzir uma planilha e analisar e selecionar as prioridades. Um exemplo de problema: espaços públicos de esporte e lazer sem condição de uso.

Após a seleção, busca-se descrevê-los e avançar mais na compreensão ou explicação de cada problema. Descrever o problema é caracterizá-lo para ter a ideia da sua dimensão e de como ele se apresenta numa determinada realidade. Esse momento serve para definir o problema, inclusive pela sua quantificação. É importante obter indicadores que serão utilizados para avaliar o impacto alcançado pelo plano.

Por exemplo, temos equipamentos quebrados e abandonados. Os indicadores são: números de praças, parques, campos de futebol, pistas de skate sem condições de uso, pouca frequência das pessoas aos espaços e ausência de programas e projetos nos espaços (o diagnóstico é alimentado com outras informações a partir do contato com a comunidade).

Um indicador remete a um parâmetro, cujo objetivo é permitir que você aprimore seu conhecimento sobre a realidade em que vive, por meio de informações que lhe permitam comparar a qualidade de vida do país com a de outras nações, ou mesmo entre regiões brasileiras, cidades, bairros, comunidades etc. Pode-se sugerir que, na formulação de políticas públicas, o indicador social deve gozar de uma série de propriedades que, além da relevância para a discussão da agenda política social, deve ter validade para representar o conceito indicado. A confiabilidade dos dados usados na sua construção deve ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos.

Os indicadores adotados na formulação de políticas são classificados segundo três aspectos relevantes: indicadores de eficiência dos meios e recursos empregados; de eficácia no cumprimento das metas; e da efetividade (impacto) social, para avaliar os efeitos do programa em termos de justiça social. Exemplificamos alguns indicadores por área temática: saúde (percentual de crianças nascidas com peso adequado; percentual de idosos vacinados), educação (percentual de jovens dentro da faixa do Ensino Médio; número de matrículas no Ensino Infantil), demografia (taxa de mortalidade jovens), segurança pública (número de homicídios de jovens por

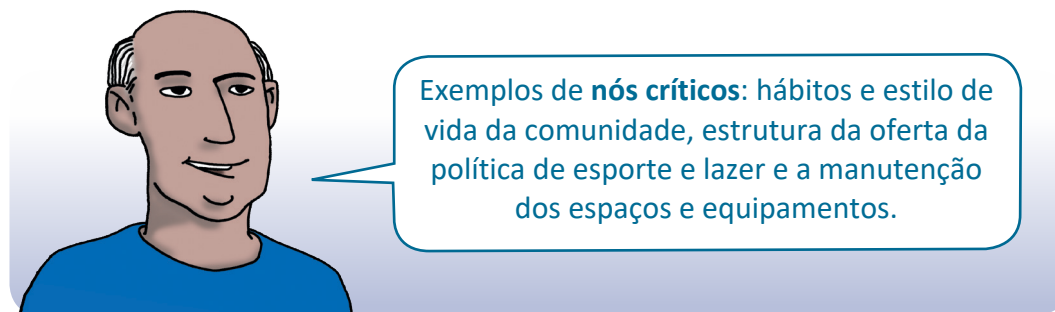
habitantes) e esporte e lazer (percentual de pessoas adulto/idosos atendidas nas oficinas do Vida Saudável; número de equipamentos de esporte e lazer na cidade; formas de ocupação do tempo livre dos jovens do meio urbano e rural).

A escolha dos indicadores depende de suas propriedades, da finalidade a que se destinam, tema este mais adequadamente abordado no módulo Avaliação.

Detalhando o processo, busca-se a explicação da questão através da compreensão da origem do problema que queremos enfrentar a partir da identificação das suas causas, já que conhecer adequadamente uma coisa é conhecer o seu modo de produção. Compreende-se que a explicação situacional, como processo de conhecimento, deve ser capaz de entender o modo como o problema foi produzido. Ou seja, as causas desse problema e a relação entre tais causas.

Exemplo: a causa do problema é a ausência de uma política pública de esporte e lazer que possa ofertar uma programação e estimular a ocupação dos equipamentos, bem como a ausência de uma política de manutenção dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer.

E, ainda, por meio de uma análise cuidadosa das causas de um problema, é possível mais clareza sobre onde atuar ou quais as causas que devemos atacar. Com isso, é importante fazer uma análise capaz de identificar, dentre as várias causas, aquelas consideradas mais importantes na origem do problema. Isto é, trata-se de ter em conta o **nó crítico**, o cerne do problema, aquilo que quando atacado pode mesmo permitir uma intervenção mais profunda na resolução do problema.



Chegamos no momento de retratar o desenho das operações com a descrição das operações para o enfrentamento das causas selecionadas como **nós críticos**. Trata-se de identificar os produtos e os resultados esperados para cada operação definida, bem como os recursos necessários para a concretização das operações.

Quadro 2 – Enfrentamentos dos nós críticos

Nó crítico	Operação/ Projeto	Resultados esperados	Produtos esperados	Recursos necessários
Hábitos e estilos de vida inadequados.	Vida Saudável: modificar hábitos e estilos de vida.	Estimular a ocupação dos espaços públicos de esporte e lazer com a oferta de programação esportiva e cultural.	Programa de caminhada orientada; campanha educativa na rádio local; programa “alimentação saudável”; campanha de conscientização para uso dos espaços públicos.	Organizacional: para organizar as caminhadas. Cognitivo: informação sobre tema e estratégias de comunicação. Político: conseguir o espaço na rádio local, mobilização social e articulação intersetorial com a rede de ensino. Financeiro: para aquisição de recursos audiovisuais, folhetos educativos etc.

Ressaltamos que o Plano de Ação é composto de operações desenhadas para enfrentar e impactar as causas mais importantes (ou os nós críticos) do problema selecionado. As operações são conjuntos de ações que devem ser desenvolvidos durante a sua execução.

Ganha destaque o momento de identificar os recursos críticos que devem ser investidos ou consumidos em cada operação. São considerados recursos críticos aqueles indispensáveis para execução de uma operação.

Quadro 3 – Identificação de recursos críticos

Quadro de recursos críticos para desenvolvimento das operações para enfrentamento dos nós críticos do problema de mudança de hábito e estilo de vida da população.	
Operação/projeto	Recursos críticos
Vida Saudável	Político: articulação intersetorial. Financeiros: recursos para cumprir a contrapartida do município. Organizacional: mobilização social do público-alvo.

Assinalamos o momento em que se efetiva a análise de viabilidade do plano, visando identificar os atores que controlam os recursos críticos necessários para implementação de cada operação, fazer a análise da motivação desses atores em relação aos objetivos pretendidos pelo plano e desenhar ações estratégicas para motivar os atores e construir viabilidades da operação.

Quadro 4 – Proposta de ações para motivações dos atores

Operações/ Projetos	Recursos críticos	Controle dos recursos críticos		Ação estratégica
		Ator que controla	Motivação	
Vida Saudável: modificar hábitos de vida.	Político: articulação intersetorial. Financeiros: recursos para cumprir a contrapartida do município. Organizacional: Mobilização social do público-alvo.	Gestores municipais; setor financeiro; secretaria de comunicação; afins que atuam no território.	Favorável.	Não é necessária.

Concluindo o processo de elaboração do plano operativo de ação, ganha destaque o momento que se designa os responsáveis por cada procedimento e que se define os prazos para a execução das operações. No processo de acompanhamento do plano operacional é designado um gerente para monitorar a execução de todas as atividades definidas.



Antes de prosseguir, tendo em conta a realização da Atividade 2, reveja as aulas 3, 4, 5 e 6. Revisite o que foi apresentado até aqui.



ATIVIDADE DE FIXAÇÃO

Considerando o que foi estudado até aqui, realize a Atividade 2.

1. Marque a afirmativa **correta**. Indique a afirmação coerente que justifique os objetivos da utilização de um diagnóstico da realidade na construção de uma política pública de esporte e lazer que tenha como horizonte privilegiar a participação comunitária:
 - a) tem a finalidade de alimentar com informações prévias o processo de construção do planejamento e a tomada de decisão apenas do gestor para implementação da política pública de esporte e lazer;
 - b) é apenas uma etapa que avalia o processo de planejamento e implementação da política;
 - c) é uma etapa que se caracteriza pelo levantamento de informações que interessam apenas à comunidade envolvida no processo de formulação da política pública;
 - d) identifica e analisa a situação da realidade de cada cidade, alimentando com informações prévias, enumerando os problemas, explicando suas causas e potencialidades e subsidiando a sistematização da política pública de esporte e lazer e as suas formas de intervenção.

Resposta: (D) Opção que melhor atende os aspectos que justificam a definição de diagnóstico que visa levantar dados, transformá-los em informações e subsidiar nas decisões a serem tomadas no processo de planejamento da política e na intervenção na cidade.

AULA 7

CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE E SUA APLICAÇÃO COM INFORMAÇÕES IMPORTANTES DE ESPORTE E LAZER

ASPECTOS IMPORTANTES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE FORMA COLETIVA

Nesta unidade, buscamos desvelar a definição de diagnóstico da realidade, apresentando o conjunto de referências que possibilitou conhecer a estratégia metodológica de levantamento, organização e sistematização de informações prévias, com ênfase no Método de Estimativa Rápida, norteador, desse modo, o processo de construção de um Plano de Ação/Intervenção de uma política pública. Na sequência, vamos revisitá-la, nesta aula, aspectos desenvolvidos no decorrer da unidade para confrontar a realidade local, a aplicabilidade dos dados relacionados ao contexto da cultura esportiva e da cultural local e, assim, subsidiar o exercício da sistematização do diagnóstico.

Não se esqueça de que, na construção do diagnóstico, é fundamental manter aberto o canal de participação de todos os sujeitos, inclusive por ser uma forma de melhor conhecer a dinâmica cultural da cidade. Assim, na etapa das ações, definem-se de forma coletiva objetivos e metas tendo como horizonte as diretrizes do programa. É importante que eles sejam estabelecidos e que sejam passíveis de executar e condizentes com a realidade socioeconômica e político-cultural da cidade.

A participação da população em geral e dos profissionais do setor de esporte e lazer na construção do diagnóstico amplia a percepção sobre as situações que serão vivenciadas.

CONFRONTAR A REALIDADE LOCAL COM A AÇÃO QUE SE DESEJA

Ressalta-se a importância da leitura exaustiva dos diferentes aspectos que envolvem o processo de diagnóstico para o estabelecimento das metas e objetivos como horizonte de intervenção das ações de esporte e lazer. Almeja-se, com isso, definir os desafios a serem superados e para atender as necessidades da população. Quanto maior a consistência entre a problematização (discussão dos problemas levantados) e as ações planejadas, melhor e mais útil será o diagnóstico. Se essa etapa for conduzida pelos gestores e demais agentes sociais de forma eficiente, o campo estará preparado para se traçar uma boa proposta de programação que envolva as diversas atividades esportivas e culturais a serem ofertadas ao público.



SAIBA MAIS

MARCELLINO, N. C. *et al.* (Org.). *Políticas públicas de lazer: formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba-SP*. Curitiba: OPUS, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/8nH5cC>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

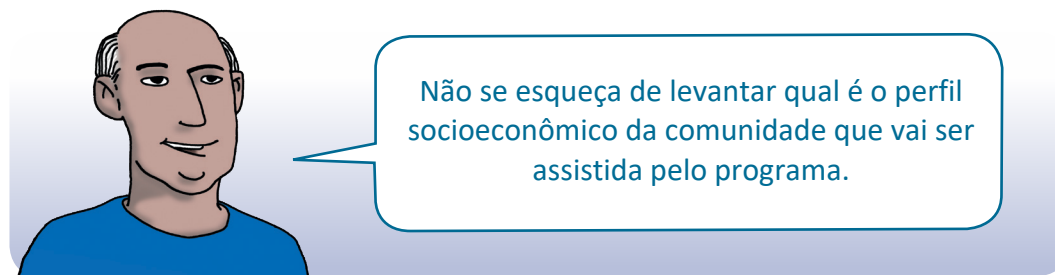
APLICABILIDADE: COLHENDO OS DADOS DA REALIDADE DO SEU MUNICÍPIO

A coleta de dados da realidade do seu município é uma etapa importante no processo de diagnóstico da realidade local, na qual possibilita colhermos as informações, isto é, **os dados**. Tais informações permitem ao formulador estabelecer um olhar objetivo da cidade para conhecer o conjunto de infraestrutura, a sua natureza (público ou privado), como são utilizados os equipamentos esportivos e culturais pela população da sua cidade, tais como: praças, campos, clubes, teatros, museus etc.

DIAGNÓSTICOS DA REALIDADE ESPORTIVA E CULTURAL DA CIDADE

É importante para o formulador ter em conta como está organizada a gestão da política de esporte e lazer no município: a) existe secretaria, coordenação, gerência etc.?; b) qual a programação ofertada à população?; c) qual a cultura esportiva da cidade (a programação que predomina entre crianças, jovens, adultos, idosos, do gênero masculino e feminino)?

Além disso, o diagnóstico deverá descrever a realidade esportiva e cultural da cidade, evidenciando, também, os indicadores sociais que ajudem a compreender a dinâmica da cidade.



SAIBA MAIS

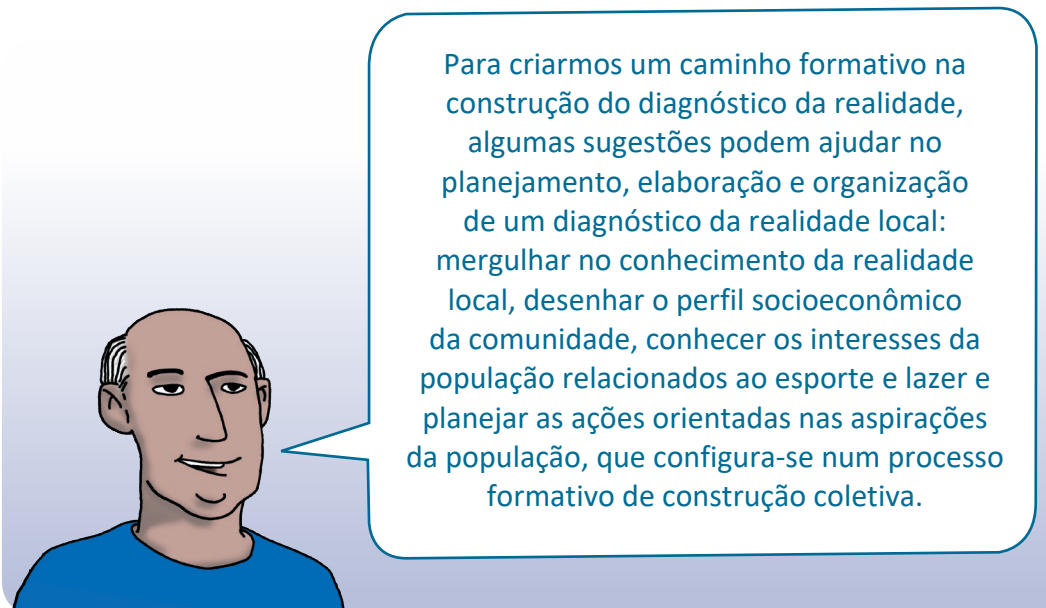
Para maior compreensão sobre o tema da Política Pública de esporte e lazer, consulte o livro: CASTELLANI FILHO, L. (Org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. São Paulo: Editora Autores Associados, 2007.

Acesse, também, as publicações da rede CEDES do Ministério do Esporte, por meio do artigo: JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DA REALIDADE LOCAL: SUGESTÃO PARA LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES

O diagnóstico da realidade local deve retratar os aspectos pedagógicos, socioeconômicos, administrativos, financeiros, jurídicos e socioculturais que possibilitem conhecer e levantar os problemas, os limites e as potencialidades relacionadas às condições de vida de cada área analisada. Para tanto, envolve o levantamento prévio das informações relacionadas à infraestrutura disponibilizada (física e humana) e à oferta de programação esportiva e cultural da cidade. Esse momento representa uma etapa na qual, exaustivamente, deve-se mergulhar nos dados

levantados e sistematizá-los para subsidiar decisões a serem tomadas no processo de planejamento e intervenção da política pública de esporte e lazer.



ATIVIDADE 1

Solicitamos que você elabore uma síntese, pois possibilitará revisitar os conceito-chaves abordados ao longo da Unidade 1, com destaque para o Método de Estimativa Rápida, expondo a sua contribuição para a elaboração e análise do diagnóstico da realidade local. Explícite sua opinião através de um resumo de uma página, a ser encaminhado ao seu tutor, sobre a importância do Método de Estimativa Rápida para realizar um diagnóstico em esporte e lazer de uma determinada área de sua cidade, situando os aspectos mais importante do método.

COMENTÁRIO DA ATIVIDADE

Enfatizamos alguns aspectos que ganham destaque argumentativo sobre a importância da estratégia Método de Estimativa Rápida enquanto levantamento de informações prévias que visam subsidiar a elaboração do diagnóstico da realidade esportiva e cultural. É preciso considerar o maior envolvimento dos sujeitos de forma participativa, com destaque para a coleta de dados através de entrevistas e registros de observações da realidade. Dessa forma, estabelecer-se um canal de diálogo com todos os sujeitos nas áreas envolvidas analisadas, uma das formas de melhor conhecer os interesses culturais e a dinâmica da cidade. Percebe-se a possibilidade de conhecer os problemas de um bairro, as causas, limites e as potencialidades para o enfrentamento e a construção da tomada de decisão coletiva. Portanto, identificar os problemas de uma comunidade relacionado à área de esporte e lazer descreve, explica e auxilia a definição das prioridades a serem atacadas através do planejamento de ações (Perfil de Planejamento) e implementação da política pública. Reiteramos a importância de conhecer e compreender as problemáticas que devem ser priorizadas na sistematização de um diagnóstico da realidade para a formulação de uma política de esporte e lazer.

Dica importante: o diagnóstico deve ser resultado de um contato prévio com a comunidade e não presumível ou baseado somente em resultado de pesquisa em banco de dados. Deve refletir a situação real da comunidade e apresentar um processo que possa ser mediado mais próximo dos procedimentos do método proposto.

Deverá ser pontuado na síntese/resumo os aspectos essenciais destacados no Método de Estimativa Rápida, enquanto elementos necessários para subsidiar a decisão de um gestor na implementação de um programa de esporte e lazer, ressaltando as informações prévias para que a ação tenha maior efetividade no município cujo programa deverá ser implementado.

ENCERRAMENTO DA UNIDADE 1



SÍNTESE

Nesta unidade, estudamos a importância de se realizarem diagnósticos antes de iniciar ações no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer. Cada cidade tem suas peculiaridades que devem ser levadas em consideração ao se propor ou executar um projeto de esporte e lazer. Vimos, também, alguns princípios e procedimentos gerais que devem orientar a elaboração dos diagnósticos dessas realidades locais.

Apresentamos para você aspectos relevantes para compreensão e construção de um diagnóstico e os elementos que o compõem. Observamos que, para a reflexão e elaboração de um diagnóstico, é preciso conhecer a realidade da cidade e os sujeitos que a constituem, considerando seus indicadores socioeconômicos e os seus interesses relativos às práticas esportivas e culturais.

Acentuamos, ao longo da Unidade 1, as diversas etapas do diagnóstico da realidade. Buscou-se mostrar aspectos relevantes para a compreensão da realidade da cidade, cuja orientação foi balizada através do Método de Estimativa Rápida, uma estratégia de levantamento e coleta de dados para a construção de um Plano de Ação que tem como referência o setor da saúde – já bastante consolidado nessa experiência. Trata-se de uma das opções interessantes para a elaboração de um diagnóstico da realidade, cujo potencial é ampliar nosso filtro para conhecer a realidade local do setor de esporte e lazer.



Unidade

2

DIAGNÓSTICO QUALITATIVO DA REALIDADE LOCAL

POR QUE REALIZAR DIAGNÓSTICOS QUALITATIVOS EM AÇÕES DE ESPORTE E LAZER?



O objetivo desta unidade é possibilitar aos alunos compartilhar uma compreensão conceitual e metodológica do campo antropológico, que provoque uma ampliação do olhar e da sensibilidade aos contextos e às pessoas que queremos conhecer. Buscaremos compartilhar orientações que poderão auxiliar no registro e na organização de um diagnóstico. Daremos ênfase, tomando como princípio o olhar etnográfico, à importância e aos fundamentos da prática da pesquisa de campo.

Daremos ênfase, nesta unidade, aos modos de ser e de viver das pessoas, tomando como princípio o “olhar etnográfico”, problematizando a importância e os fundamentos da prática da pesquisa de campo.

Buscaremos compartilhar orientações que poderão auxiliar na realização do registro e da organização de um diagnóstico.

Ao estudar esta unidade, o aluno deverá ser capaz de compreender caminhos que possibilitem realizar um diagnóstico coerente com as realidades locais, gerando uma produção de dados a partir de diferentes fontes que revelem elementos importantes da vida cotidiana das pessoas envolvidas. Ressaltaremos a importância de relacionar a noção de diagnóstico à diversidade de experiências culturais que constituem as pessoas em seus contextos.



Você está animado?
Então, vamos continuar os estudos.

AULA 8

PRINCÍPIOS PARA UM DIAGNÓSTICO QUALITATIVO

Na Unidade 2, reafirmaremos a importância de um adequado e profundo conhecimento da realidade local para uma concepção coerente de políticas de direito e o planejamento consistente de ações que visem garantir o direito ao esporte e ao lazer.



FIQUE ATENTO

Para a realização de diagnósticos de realidades diversas, além da compreensão das disponibilidades de espaços e da infraestrutura disponível ou necessária à efetivação de experiências de lazer, é indispensável, também, o reconhecimento dos hábitos e dos processos de organização das pessoas envolvidas. Justamente isso é o que dará sentido a uma oferta adequada nesse setor, permitindo conhecer, compreender e relacionar possibilidades e demandas da população atendida.

Para a compreensão da noção de diagnóstico qualitativo, propomos relacioná-lo a uma **abordagem antropológica**, com o sentido de enfatizar a importância da atenção e do valor da vida das pessoas em seus contextos e singularidades. Assim, para realizar um diagnóstico coerente com as realidades locais, buscaremos desenvolver uma perspectiva metodológica que possibilite uma produção de dados, habilite relacionar diferentes fontes e informações e revele um conhecimento coerente **das e com as pessoas** em suas formas de participação na vida cotidiana.

Por essa razão, ressaltamos a importância de relacionar a noção de diagnóstico à diversidade de experiências culturais que constituem as pessoas em seus contextos. Enfatizamos, por isso, a necessidade de conhecer os modos de vida de diferentes pessoas e povos – como, por exemplo, as populações tradicionais –, que se revelam em um país como o Brasil, territorialmente imenso, atravessado tanto por riquezas quanto por mazelas sociais, requerendo atenção, cuidado e ações singulares.



PARA REFLETIR

Quando pensamos, por exemplo, em uma política de lazer para os povos indígenas, precisamos indagar: o que conhecemos da vida dessas pessoas? Conhecemos as suas formas de viver? Como as práticas culturais se relacionam com a organização social e com a dinâmica de suas vidas? Qual a importância, por exemplo, da experiência de jogar futebol no contexto da vida de pessoas indígenas? Como crianças, jovens, adultos e velhos se envolvem nessa prática? Como se dá a participação de homens e mulheres? Como essa prática acontece dentro de uma dinâmica temporal, territorial e cosmológica?

A realização de diagnósticos qualitativos, com esse sentido, nos desafia revelar quem são as pessoas que participam de contextos comuns; reclama reconhecer e organizar relações e práticas que são relevantes para uma adequada política de esporte e lazer, contextualizando-as em termos históricos, cotidianos e culturais.



SAIBA MAIS

Sugerimos que você conheça o livro *Brincar, jogar e viver: IX Jogos dos Povos Indígenas*, organizado por Leila Mirtes Magalhães Pinto e Beleni Grandó (PINTO, L. M.; GRANDÓ, B. (Org.). *Brincar, jogar e viver: IX Jogos dos Povos Indígenas*. Cuiabá: Central do Texto, 2009). Propomos que você leia na “Parte II: Avaliação do IX Jogos dos Povos Indígenas” o item 2: “As vozes indígenas”. São vários itens.

Eleja alguns. Leia, “ouça” com atenção o que essas pessoas têm a dizer, construindo uma sensibilidade de percepção e escuta, envolvendo-se na lógica desses povos. Esse exercício é fundamental na constituição da habilidade de envolver-se e colocar-se no lugar do outro.

CULTURA: UM CONCEITO CENTRAL PARA ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS ATENTOS A CONTEXTOS E EXPERIÊNCIAS SINGULARES

Para aprofundarmos o entendimento de diagnóstico com um olhar antropológico, entendemos ser necessário, como primeiro e fundamental movimento, enfatizar a centralidade da noção de cultura, conceito essencial no campo das ciências humanas e sociais. O olhar antropológico está intrinsecamente relacionado à noção de cultura.

A noção de cultura, como conceito antropológico, tornou-se uma maneira de falar dos seres humanos tanto em sua condição universal quanto em seus aspectos e comportamentos particulares. Em 1871, Edward Tyler, no contexto de uma antropologia evolucionista, explicita a noção de cultura como um conceito antropológico capaz de abranger os mais diferentes aspectos das produções humanas. A cultura seria como “o todo mais complexo”, como problematiza Geertz (1978, p. 4).

Progressivamente, a teoria antropológica vai elaborando sentidos mais focados para compreender a cultura. Destacam-se noções de cultura que enfatizam a busca pela descrição de comportamentos e de cultura como sistema simbólico. Ganha, assim, um sentido mais focado, como exercício de ordenação da vida social, com o propósito de descrever formas de ação e de pensamento, com centralidade na linguagem própria das pessoas, ou seja, como elas revelam, expressam e ordenam suas próprias vidas.



FIQUE ATENTO

O livro *A interpretação das culturas*, de Clifford Geertz (GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1978), é uma contribuição fundamental para um melhor entendimento da noção de cultura e seu debate no campo antropológico. É uma leitura imprescindível.

Destacaremos, aqui, um sentido para a noção de cultura como proposto pelo antropólogo americano Marshall Sahlins (1997), que concebe a cultura como nossa humana capacidade de **organização da experiência em termos simbólicos**. Isso quer dizer que tudo em nossa condição humana é simbolicamente constituído: ser homem ou ser mulher; a maternidade ou a paternidade; as instituições sociais, como a família e a religião; as organizações sociais, como os países ou as nações; tudo isso tem sentido, valor e importância porque é simbolicamente constituído, podendo ser compartilhado, vivenciado, narrado, transmitido e compreendido. Justamente isso é o que nos possibilita compartilhar experiências que, de maneira histórica e cotidiana, constituem a vida social.

A elaboração de um diagnóstico, com esse sentido, além de registros e descrições, leva-nos a buscar compreender significados sociais que podem se revelar em ações, em formas de pensamento

e de linguagem. Cabe aqui o exemplo clássico de Clifford Geertz (1978), ao diferenciar um tique nervoso de uma piscadela:

vamos considerar, diz ele, dois garotos piscando rapidamente o olho direito. Num deles, esse é um tique involuntário; no outro, é uma piscadela conspiratória a um amigo. Como movimentos, os dois são idênticos; observando os dois sozinhos, como se fosse uma câmara, numa observação “fenomenalista”, ninguém poderia dizer qual delas seria um tique nervoso ou uma piscadela, ou, na verdade, se ambas eram piscadelas ou tiques nervosos. No entanto, embora não retratável, a diferença entre um tique nervoso e uma piscadela é grande, como bem sabe aquele que teve a infelicidade de ver o primeiro tomando pela segunda. O piscador está se comunicando e, de fato, comunicando de uma forma precisa e especial: 1) deliberadamente, 2) a alguém em particular, 3) transmitindo uma mensagem particular, 4) de acordo com um código socialmente estabelecido, 5) sem o conhecimento dos demais companheiros. Conforme salienta Ryle, o piscador executa duas ações: contrair a pálpebra e piscar, enquanto o que tem um tique nervoso apenas executou uma – contrair a pálpebra. Contrair as pálpebras de propósito, quando existe um código público no qual agir assim significa um sinal conspiratório, é piscar. É tudo que há a respeito: uma partícula de comportamento, um sinal de cultura e – *voilà* – um gesto (GEERTZ, 1978, p. 5).

O olhar antropológico reclama, por isso, uma ação diagnóstica atenta à diversidade de experiências culturais. Isso é importante quando se refere a contextos singulares de organização social, como os **povos tradicionais e indígenas**, quanto é relevante para a discussão do lazer em **contextos urbanos**.

Os antropólogos José Guilherme Magnani e Lillian de Lucca Torres (1996) chamam atenção para o fato de que, em se tratando da vida social, não é necessário ir muito longe para encontrarmos o “outro”. Os autores assinalam que, **nos centros urbanos, pode-se observar uma imensa diversidade de comportamentos, hábitos, crenças, valores**. E, nesses contextos, enfatizam o esporte e o lazer como expressões de nossas vivências sociais plurais, relacionando as festas, as manifestações religiosas e as práticas corporais como características de estilos de vida.



SAIBA MAIS

Nas abordagens contemporâneas no campo de estudos antropológicos, o lazer é um importante tema, em especial na antropologia urbana. Sugerimos uma visita ao site do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (Disponível em: <<https://goo.gl/tLjrbY>>. Acesso em: 11 abr. 2018). Lá, você encontrará, além de temas importantes do debate atual no campo da antropologia, um rico acervo de dissertações e teses que podem trazer interessantes leituras.

AULA 10

ATENÇÃO ÀS ALTERIDADES

Quando nos referimos à noção de alteridade, afirmamos e reconhecemos a diversidade da nossa condição humana como princípio e fundamento. Como seres humanos, revelamo-nos diferentes: em cada contexto e nos diferentes modos de expressão. Em nossos diversos cotidianos, predominam significados compartilhados que constituem as pessoas em uma esfera cultural própria.

A realização de diagnósticos da realidade local nos desafia reconhecer a rica rede de sociabilidades que nos envolve: pessoas, instituições, espaços, equipamentos, relações, práticas, entre outros dados e informações, revelando algumas regras do uso dos tempos e dos territórios que são próprias das pessoas que lá habitam, se relacionam e buscam soluções concretas para os desafios da vida social.

Diferentes antropólogos se dedicaram a estudar como, a partir das relações entre os indivíduos, vão sendo gerados **sistemas próprios de signos, normas e comportamentos**, fornecendo identidades próprias aos diferentes grupos de pessoas de uma sociedade.

Uma abordagem diagnóstica, com esse sentido, abre perspectivas para que possamos dar conta de diferentes formas de apropriação dos territórios, das relações ambientais e do espaço urbano, ancoradas em práticas culturais específicas e experiências de sociabilidade. A realização de um diagnóstico, atento à lógica e à vida do outro, como enfatiza o antropólogo Roy Wagner (2010), nos desafia a aprender a ver as coisas, a ouvi-las e, sobretudo, a senti-las, abrindo nossa percepção para outras possibilidades de ser.

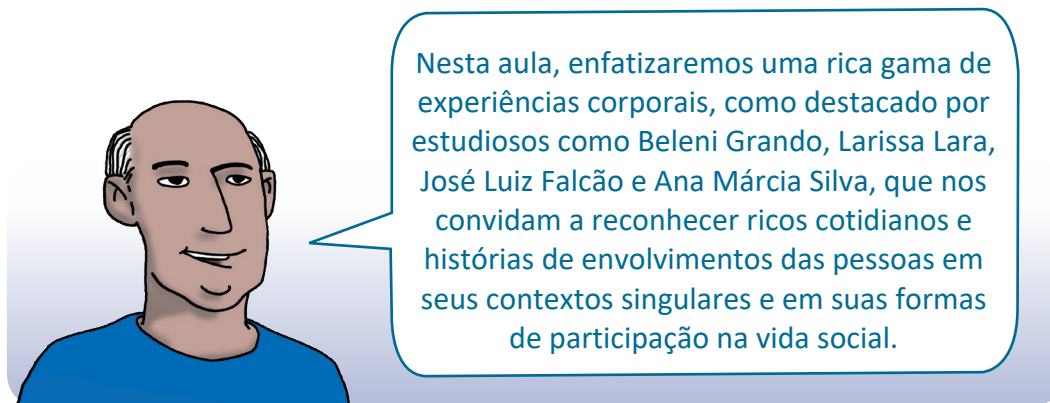


SAIBA MAIS

Sugerimos a leitura do livro: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian Lucca (Org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996, em especial o texto “Quando o campo é a cidade”, de José Guilherme Magnani.

AULA 11

ENFATIZANDO UMA RICA DIVERSIDADE DE EXPERIÊNCIAS CULTURAIS QUE ENCONTRAM CENTRALIDADE NO CORPO E NO MOVIMENTO



Podemos encontrar em estudos, como os de Beleni Grando (2010), em contextos indígenas, ou os de Larissa Lara (2012), trabalhos de José Luiz Falcão e Maria do Carmo Saraiva (2009) e Ana Márcia Silva e José Falcão (2011), em contextos quilombolas, entre outros, o reconhecimento e a problematização de experiências corporais de movimento, no sentido tanto de registrar uma memória lúdica quanto de identificar anseios e reivindicações, especialmente no que se refere às práticas de esporte e de lazer. Realizar um diagnóstico, com esse sentido, abre perspectivas para que possamos dar conta de diferentes formas de apropriação dos territórios, das relações ambientais e do espaço urbano, ancoradas em práticas sociais singulares.



SAIBA MAIS

Sugerimos a leitura dos livros: GRANDO, B.; PASSOS, L. (Org.). *O eu e o outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola*. Cuiabá: UFMT, 2010; e FALCÃO, J. L.; SARAIVA, M. C. (Org.). *Práticas corporais no contexto contemporâneo*. Goiânia: Copiart, 2009, ambos disponíveis no site do Ministério do Esporte (disponíveis em: <<https://goo.gl/tuSpvL>> e <<https://goo.gl/XA9bss>>. Acesso em: 11 abr. 2018). Também sugerimos a leitura do texto: LARA, L. M. Esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná: identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas. *Pensar a Prática*, v. 15, n. 1, p. 37-51, jan./mar. 2012.

Das leituras sugeridas, destacamos, como exemplo, o livro *O eu e o outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola*, tomando como ponto de partida, já que se trata de estudos realizados com os índios Bororó, a partir de conhecimentos tradicionais, como as festas, os rituais, as danças e as brincadeiras, que são itens reveladores de como as pessoas

se constituem em um cotidiano singular, relacionando modos tradicionais de viver, com práticas que emergem do contato e do diálogo com outras culturas e formações sociais.

Outra abordagem que destacamos, no sentido de ampliar nossas possibilidades de reconhecimento, registro e compreensão da importância das práticas corporais de movimento para a realização de diagnósticos qualitativos, é a proposta do antropólogo Carlos Sautchuk (2007). O autor enfatiza a importância do reconhecimento das habilidades técnicas como dimensão constitutiva das pessoas. Conhecer as pessoas em seus contextos é reconhecer as soluções práticas que elas encontram para enfrentar os desafios da vida. Essas habilidades vão constituindo práticas culturais que reclamam reconhecimento e valor: saber pescar, fazer panela de barro, o samba de roda, a capoeira, a festa de reis, entre tantas outras práticas sociais.

Nesse sentido, sugerimos um diagnóstico qualitativo que dê atenção e centralidade às experiências corporais de movimento, como relações capazes de gerar possibilidades de compreender as formas de organização das dinâmicas da vida cotidiana de sociedades e pessoas.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA A REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS QUALITATIVOS

Nesta parte da Unidade 2, compartilharemos orientações que poderão auxiliar na realização do registro e da organização de um diagnóstico. Discutiremos a importância e os fundamentos da prática da pesquisa de campo, tomando como princípio e orientação o olhar etnográfico.

Enfataremos a importância de retomar a compreensão da noção de cultura, que se revelará como fundamento imprescindível para compreender o esporte e o lazer em uma perspectiva que relacione a diversidade dos contextos e a alteridade dos povos.

Destacaremos fundamentos teórico-práticos necessários a um olhar e a um fazer atentos à diversidade das formas de organização social. Buscaremos, assim, discutir sensibilidades e aprendizados necessários para a realização de **trabalhos de campo**, que nos coloquem na direção da elaboração de registros sensíveis aos contextos nos quais propomos desenvolver políticas de esporte e lazer.

No âmbito da antropologia, o pensamento e o método propostos por Bronislaw Malinowski (1978) são considerados como demarcadores de uma mudança radical nos modos de conhecer as diferentes experiências culturais. No início da década de 1920, buscava-se superar o que hoje nos referimos como uma “antropologia de gabinete”: auxiliares coletavam dados empíricos que eram levados para os antropólogos que, em seus gabinetes, distantes dos locais e das pessoas estudadas, interpretavam esses dados segundo sua própria lógica e organização social. Isso acabava por consolidar visões etnocêntricas que desconsideravam a importância e o valor das formas de viver e de organizar a vida social, que, por suas singularidades, escapavam às formas normatizadas da civilização ocidental.

Com um novo olhar e sensibilidade, a antropologia passou a destacar a importância da presença do pesquisador no cotidiano da vida que propõe conhecer, registrando e buscando compreender o ponto de vista do “outro”, no sentido enfatizado por Marcio Goldman (2003, p. 456), como um atributo de pessoas concretas que expressam “particularidades, agência e criatividade”.

O olhar etnográfico nos leva ao constante exercício de **estranhamento**, colocando em questão tudo aquilo que nos soa familiar dentro de uma determinada lógica de compreensão do mundo, abrindo-nos para outras formas de ser e agir no mundo. Malinowski (1978) se dedicou à formulação de um método de coleta de dados. Para tal, elaborou um conjunto de procedimentos que possibilitassem ao antropólogo conhecer, registrar, organizar e compreender o contexto de acontecimentos que se expressam na dinâmica da vida local. O autor propôs um processo de conhecimento que denominou como **observação participante**.

Malinowski propôs a observação participante como um método de **registro, descrição e organização** da vida social, a partir da presença e do envolvimento no cotidiano da vida que nos propomos conhecer. O autor destaca três níveis de registro da organização e da dinâmica da vida social:

- a) elaboração de um **quadro sinóptico**, descrevendo a organização da estrutura material que constitui a vida local, registrando suas instituições, tradições e formas de organização da vida social;
- b) registro dos **imponderáveis da vida real**, buscando compreender as relações cotidianas, dando ênfase aos acontecimentos e às relações que são recorrentes, reconhecendo uma dinâmica de hábitos e comportamentos cotidianos da vida das pessoas em seus contextos;
- c) reconhecimento do **espírito nativo**, revelado a partir do que se vê e ouve no contexto das relações. Isso enfatiza a importância da apropriação do discurso. Para Malinowski, o que as pessoas dizem é o que traz sentido aos acontecimentos, revelando seu sentido e importância a partir dos próprios pontos de vista das pessoas em seus contextos.



SAIBA MAIS

- *Argonautas do pacífico ocidental* é o texto clássico de Bronislaw Malinowski publicado em 1922. Pela coleção “Os Pensadores” da Abril Cultural, foi publicado de forma sintética, em 1978, com o título *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*.
- O livro *A interpretação das culturas*, de Clifford Geertz, é uma contribuição fundamental para um melhor entendimento da relação entre a noção de cultura e o olhar etnográfico. É uma obra imprescindível.
- O texto de Marcio Goldman citado anteriormente: GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 2, 2003.

AULA 13

PRINCÍPIOS PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO



Buscaremos, nesta aula, aprofundar a discussão metodológica, enfatizando alguns princípios que são fundamentais quando intentamos compreender o outro e/em seus contextos de vida.

Primeiramente, como destaca a antropóloga Mariza Peirano (1995), e como discutimos a partir da abordagem de Malinowski (1978), conhecer o outro demanda **imersão na vida cotidiana**, implica envolvimento nas relações, com a linguagem e com os modos de pensamento do outro. Constitui-se como um olhar atento às lógicas da vida local. Entretanto, para apreendermos a lógica do pensamento e da ação da vida das pessoas, precisamos de **tempo** suficiente para envolvermo-nos com esse outro, compartilhando experiências que nos desafiam a pensar e a sentir como essas pessoas.



SAIBA MAIS

Para aprofundar seus conhecimentos, recomendamos a leitura do livro: PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

É nesse sentido que o antropólogo Clifford Geertz (1978) irá nos provocar a ter um entendimento da abordagem etnográfica como uma **descrição densa**. Para o antropólogo, a cultura pode ser descrita porque ela é pública, ela se dá a conhecer. Como primeiro passo de uma descrição densa, o que se busca desvelar é o que é aparente e o que é recorrente, ou seja, registrar o que se dá a conhecer, possibilitando-nos descrever as relações dentro de um dado contexto de pessoas, objetos, lugares, práticas e relações. Não basta descrever o observado. É necessário compreender a importância daquela ação ou daquele comportamento dentro de um contexto singular. Como ressaltado na Aula 9, o comportamento é uma ação simbólica. É nesse sentido que retomamos a importância de saber diferenciar “tiques” (movimentos involuntários) de “piscadelas” (atos intencionais), e mesmo o que é uma simulação de piscadelas. Realizar um diagnóstico com esse sentido é compreender a vida cotidiana como experiência cultural compartilhada, de pessoas que são vivas, agentes e criativas, porque se constituem mutuamente.

Destaca-se, como exemplo, a maneira como Ângela Nunes (2002) descreve as experiências de infância A'uwe-Xavante. Nesse contexto, a autora busca dar centralidade e afirmar a importância da autonomia de movimento e de circulação das crianças em seu território. Ao reconhecer

não apenas a importância, mas a centralidade da participação das crianças em seu universo social, é possível descrever e compreender como as crianças se constituem como sujeitos mediadores entre os diferentes grupos e as práticas sociais.



SAIBA MAIS

O texto de Ângela Nunes citado anteriormente: NUNES, A. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwe-Xavantes. In: SILVA, A. L.; NUNES, A.; MACEDO, A. V. L. S. (Org.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002.

AULA 14

RELACIONANDO O CONHECIMENTO ACUMULADO

Nesta aula, destacaremos a importância fundamental da relação teoria-prática. Um dos pilares, por excelência, do conhecimento antropológico é a leitura de outros trabalhos de campo e etnografias. Se, por um lado, um diagnóstico implica **no interesse pelo e na empatia** com o outro, por outro, também requer relações com **outros estudos teóricos**. Destacamos uma dupla importância para o conhecimento das pessoas e de seus contextos: o trabalho de campo e a relação com outros estudos. Há diversas pesquisas que podem ajudar a ampliar seus conhecimentos sobre as relações entre a educação física e o lazer em uma perspectiva antropológica. Consulte as referências bibliográficas.

Como exemplo, propomos o diálogo com o trabalho realizado por Carlos Sautchuk (2007), em seu estudo com pescadores na Vila Sucuriju, no Amapá, no qual busca **descrever** as habilidades dos pescadores, destacando experiências e saberes que ganham sentido nos próprios processos de participação e produção da vida e de si mesmo. **Aprender** a pescar é, nesse contexto, uma forma de **participação** em um ambiente, indissociavelmente, social e natural. Aprender/Aprender o modo de vida do outro é se reconhecer nas **práticas corporais/sociais e experimentar saberes específicos e comuns** na vida cotidiana, que vão gerando **formas de participação e reconhecimento identitário**.

É interessante a forma como Sautchuk (2007, p. 265) nos chama a atenção para o corpo, para as técnicas e as habilidades corporais relacionando-as com formas particulares de elaboração do humano. O autor nos descreve a vida de crianças e jovens filhos de pescadores que, desde cedo, com suas brincadeiras nas margens do rio, os jogos de diversas naturezas, as brincadeiras relativas à pesca, as incursões pelo mato (com animais imaginários e outros seres) e as interações com o trabalho dos pais, vão pouco a pouco sendo incorporados na sociabilidade dos barcos. Uma história de constituição de uma corporalidade expressa em habilidades físicas que lhes possibilitam aprendizados e engajamentos técnicos específicos daquela experiência social. É a história de envolvimento que constitui pessoas capazes de atuar na sociabilidade dos rios. Somente no envolvimento e na partilha de experiências sociais que tal compreensão se torna possível.

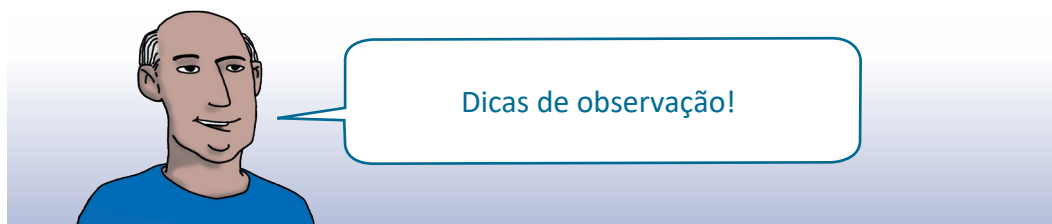


SAIBA MAIS

O estudo citado anteriormente é uma etnografia realizada por Carlos Emanuel Sautchuk, intitulada *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Caso desejem conhecer na íntegra sua pesquisa, ela está disponível no banco de teses da Universidade de Brasília. A referência completa é: SAUTCHUK, C. E. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ATIVIDADE 2

Agora, apresentamos a você uma atividade para aprimoramento desse conteúdo.



Para perceber aspectos culturais dos hábitos e costumes de determinada localidade, faça uma incursão em sua própria cidade. Percorra diferentes lugares públicos, como as praças, as igrejas, as ruas, os bares, os centros comunitários, entre outros, sempre atento às pessoas e às suas práticas, observando-os em suas relações cotidianas.

- a) Busque identificar como se organizam em diferentes grupos, seus hábitos, suas práticas, suas formas de expressão. Preste atenção nos diferentes grupos etários: crianças, jovens, adultos, idosos.
- b) Organize para você um caderno de campo para realizar seus registros. Tome nota dos acontecimentos, identifique as estruturas materiais, registre as relações que chamam a atenção.
- c) Exercite outras formas de registro, como fotos ou filmagens, que lhe possibilitem elaborar um rico acervo das práticas observadas.

COMENTÁRIO DA ATIVIDADE

Esperamos, com esta atividade de aprimoramento, que você seja capaz de realizar um trabalho de observação, registro e análise de um dado contexto. Eleja uma localidade, um bairro ou uma dada região e, seguindo os princípios tratados nesta unidade, descreva os equipamentos e as práticas de lazer da área escolhida, identificando a importância e os sentidos que eles possuem na vida das pessoas que os usufruem.

ENCERRAMENTO DA UNIDADE 2



SÍNTESE

Nesta Unidade, abordamos o entendimento de diagnóstico com um olhar antropológico; a importância e a centralidade da noção de cultura; e uma ação diagnóstica atenta à diversidade de experiências culturais.

Observamos, ainda, que nos centros urbanos também se pode perceber uma imensa diversidade de comportamentos, hábitos, crenças e valores; e a importância de conhecer experiências de esporte e lazer, relacionando as festas, as manifestações religiosas e as práticas corporais como características de estilos de vida.

Quando nos referimos à noção de *alteridade*, afirmamos o reconhecimento da diversidade de nossa condição humana como princípio e fundamento. Por isso, buscamos enfatizar uma rica diversidade de experiências culturais que se revelam como práticas corporais de movimento.

Com esse sentido, enfatizamos um diagnóstico qualitativo que dê atenção e centralidade às experiências corporais de movimento, como relações capazes de gerar possibilidades de compreender as formas de organização das dinâmicas da vida cotidiana de sociedades e pessoas.

Identificamos que é possível trabalhar com orientações metodológicas que tomam como princípio o olhar etnográfico e buscamos discutir sensibilidades e aprendizados necessários à realização de trabalhos de campo, elaborando um conjunto de procedimentos que levem a conhecer, registrar, organizar e compreender a dinâmica da vida local.



Unidade

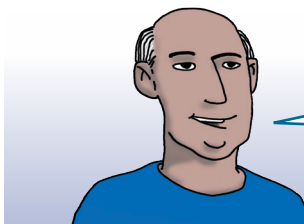
3

DIAGNÓSTICOS QUANTITATIVOS SOBRE O ESPORTE E O LAZER



O objetivo desta unidade é possibilitar aos alunos a realização de um diagnóstico quantitativo das oportunidades de lazer. Após estudar esta unidade, o aluno deverá ser capaz de realizar diagnósticos quantitativos da sua realidade local.

Nesta unidade, estudaremos as disponibilidades de espaços e infraestrutura para o esporte e o lazer no Brasil. Além disso, estudaremos alguns dos principais hábitos e preferências dos brasileiros no que diz respeito ao esporte e ao lazer. Ao mesmo tempo, observaremos algumas fontes de informação para o conhecimento disso tudo. O estudo desta unidade capacitará o aluno a identificar as principais tendências sobre oportunidades de acesso e preferências para o lazer do brasileiro, bem como a localizar fontes de informação que possam ser úteis para a realização de um diagnóstico da sua realidade local com relação ao esporte e ao lazer.



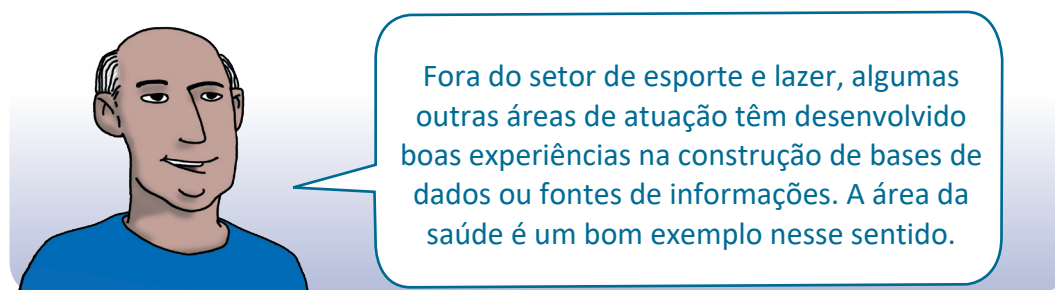
Você está animado?
Então, vamos dar continuidade
aos estudos.

AULA 16

DIFICULDADES PARA O CONHECIMENTO SOBRE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

No Brasil, uma das principais dificuldades para se conhecer as condições e os hábitos de lazer dos brasileiros é a falta de dados suficientemente amplos e atualizados sobre esses assuntos. Em geral, o conhecimento desses aspectos depende, ainda, da busca de informações em diferentes fontes, tornando o processo mais difícil.

EXPERIÊNCIAS EM OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Fora do setor de esporte e lazer, algumas outras áreas de atuação têm desenvolvido boas experiências na construção de bases de dados ou fontes de informações. A área da saúde é um bom exemplo nesse sentido.

Desde 1991, o Ministério da Saúde conta com um sistema que disponibiliza informações sobre diversos aspectos da saúde da população no Brasil, como o número de estabelecimentos hospitalares, médicos, internações, mortalidade, entre muitos outros.



SAIBA MAIS

A base de dados do Ministério da Saúde exibe distintos modos de organização de informações a respeito de uma área de atuação. Para conhecê-la, acesse: <<https://goo.gl/8nPHv5>>.

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS EM INFORMAÇÕES SOBRE ESPORTE E LAZER

Em alguns países, há uma tradição de pesquisa dedicada à medição do uso do tempo (chamada, em inglês, de *time budget studies*). São pesquisas que tentam medir quanto tempo do dia as pessoas dedicam a diferentes atividades, tais como: trabalhar, descansar ou divertir-se. Em alguns casos, o acúmulo de pesquisas desse tipo vai constituindo uma ampla base de dados e informações, capaz de permitir a realização de comparações e estudos mais detalhados sobre os hábitos e preferências da população.

USO SOCIAL DO TEMPO EM DIFERENTES PAÍSES I

Uma ampla pesquisa usando bases de dados sobre o uso social do tempo comparou informações sobre Canadá, Dinamarca, França, Holanda, Noruega, Inglaterra, Estados Unidos, Hungria e Finlândia. Segundo os resultados dessa pesquisa, os indivíduos desses países dedicam, em média, aproximadamente 49 minutos por dia para atividades de lazer, incluindo cinema, teatro, espetáculos esportivos e viagens (GERSHUNY, 2000).

USO SOCIAL DO TEMPO EM DIFERENTES PAÍSES II

Ainda segundo a pesquisa citada anteriormente, do professor Jonathan Gershuny, sobre o uso social do tempo em diferentes países, algumas condições mostram-se bastante influentes no aumento ou na diminuição da disponibilidade de tempo para o lazer. Dentre elas, destacam-se o casamento, a maternidade/paternidade e as questões de sexo e gênero. Homens solteiros e sem filhos tendem a dispor de mais tempo livre para o lazer do que mulheres casadas e com filhos. No caso dos solteiros, menos responsabilidades com o trabalho doméstico ou com o sustento das famílias parece ser o principal elemento a influenciar a situação. Do mesmo modo, o cuidado com os filhos diminui mais sensivelmente o tempo para o lazer entre os pais. Todavia, essa responsabilidade costuma recair mais sobre as mulheres do que sobre os homens, o que diminui ainda mais a disponibilidade de tempo das mulheres.



Esse tipo de informação é importante, na medida em que permite conhecer qual a real disponibilidade de tempo das pessoas para as atividades de lazer, incluindo as de esporte. Além disso, levantamentos do tipo também permitem saber os fatores que atuam como obstáculos ou facilitadores para as vivências de esporte e de lazer.

AULA 17

PESQUISAS SOBRE OPORTUNIDADES DE LAZER NO BRASIL

No Brasil, algumas pesquisas têm sido realizadas com a intenção de determinar facilidades ou dificuldades no acesso às oportunidades de lazer. Basicamente, essas pesquisas realizam um inventário de todas as instalações destinadas ao lazer em determinada região, tais como: cinemas, teatros, bibliotecas, museus, centros culturais, parques ou quadras esportivas. Tratam-se, portanto, de estudos sobre a infraestrutura disponível para o lazer da população. Depois de identificar as instalações destinadas ao lazer, esses estudos comparam essas informações com outros **indicadores sociodemográficos**, como **densidade populacional**, **índice de renda** ou **escolaridade**, entre outros aspectos.



SAIBA MAIS

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituição responsável por realizar anualmente a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), fornece uma importante base de dados para se conhecer a situação social, econômica, cultural, educacional e demográfica de vários municípios brasileiros. Para explorar esses dados, acesse <<http://www.ibge.gov.br>> e busque informações sobre o seu município. Qual a população total? Em quantas regiões o município está dividido? Qual a população de cada região do município? Há algum outro dado disponível?

EXEMPLO DE PESQUISA SOBRE OPORTUNIDADES DE LAZER I

Em 2009, uma pesquisa comparada envolvendo investigadores sul-americanos de diferentes países concluiu como se distribuem geograficamente cinemas, teatros, bibliotecas e museus em cidades do Brasil, Argentina, Venezuela e Colômbia. Dentre outras coisas, a pesquisa apontou, por exemplo, que no Brasil, tomando o caso do Rio de Janeiro, mais especificamente a região da Barra da Tijuca, ocupada por setores economicamente privilegiados, concentrava grande percentual de cinemas (MELO, 2009).



SAIBA MAIS

Os resultados da pesquisa sobre a distribuição geográfica de cinemas, teatros, bibliotecas e museus no Brasil, Argentina, Venezuela e Colômbia está disponível em: MELO, V. A. *et al. Equipamentos culturais na América do Sul: desigualdades*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

EXEMPLO DE PESQUISA SOBRE OPORTUNIDADES DE LAZER II

Outra pesquisa sobre a distribuição geográfica de cinemas, teatros, bibliotecas, museus, centros culturais e parques foi feita na cidade de Goiânia, em Goiás. Segundo os resultados dessa

pesquisa, a maioria desses equipamentos culturais de lazer eram de natureza pública, isto é, financiados e/ou administrados pelo poder público. Todavia, sua distribuição pela cidade mostrava-se bastante desigual. Com relação aos museus, por exemplo, apenas duas das 12 regiões da cidade contavam com ao menos um. As regiões que dispunham de museus, além de poucas, eram também as que concentravam alguns dos melhores **indicadores sociais** da cidade – como **renda** e **escolaridade**. Assim, percebe-se que os investimentos do poder público nesse setor, embora geralmente sejam justificados pela necessidade de se garantir acesso democrático à cultura e ao lazer, na prática, acabam privilegiando grupos já privilegiados (DIAS, 2011).



FIQUE ATENTO

Ao realizar um diagnóstico sobre esporte e lazer, é importante perceber eventuais divergências entre os diferentes bairros ou regiões. Para isso, procure saber qual a organização administrativa da cidade. Busque informações na prefeitura, no site do IBGE, ou em outra fonte que lhe pareça confiável, sobre a organização administrativa da sua cidade. Quantos bairros têm a cidade? Ela está dividida em distritos, regiões ou bairros? Os bairros estão agrupados em regiões mais amplas? A prefeitura é um dos locais onde você pode adquirir essas informações.

AULA 18

ORGANIZANDO AS INFORMAÇÕES SOBRE O ESPORTE E O LAZER DA SUA CIDADE

A pesquisa citada anteriormente sobre a distribuição geográfica de cinemas, teatros, bibliotecas, museus, centros culturais e parques na cidade de Goiânia, uma vez terminada a etapa de levantamento e análise de dados, resumiu seus principais resultados em um mapa, no qual se pode visualizar quais regiões da cidade oferecem mais ou menos oportunidades para o acesso ao lazer e à cultura.

MAIS UM EXEMPLO DE PESQUISA SOBRE OPORTUNIDADES DE LAZER

A pesquisa sobre a distribuição dos parques e áreas verdes do Rio de Janeiro seguiu o mesmo procedimento de outros exemplos que estudamos anteriormente. Primeiro, pesquisadores identificaram todos os parques e áreas verdes disponíveis na cidade segundo os dados fornecidos oficialmente pela própria prefeitura da cidade. Em seguida, as informações sobre os parques e áreas verdes foram comparadas com informações sobre a **renda per capita** e o **número total de habitantes de cada região** onde estavam localizados os parques, de acordo com dados fornecidos oficialmente pelo IBGE. Essa comparação é importantíssima, pois é ela que permite perceber eventuais desequilíbrios na oferta de oportunidades de lazer nas diferentes regiões da cidade. Uma região com muitos parques não necessariamente terá esse equipamento de lazer em excesso, se a quantidade total da sua população for também a maior e mais volumosa da cidade, por exemplo. Por outro lado, uma região com poucos parques pode até os ter em excesso, se essa região tiver um reduzido número de habitantes, comparado a outras regiões da cidade.



FIQUE ATENTO

Dados oficiais disponíveis nas próprias prefeituras sobre equipamentos de esporte e lazer podem ser valiosas fontes de informação para a elaboração de um diagnóstico.

ESPORTE E LAZER EM PARQUES E ÁREAS VERDES

Uma pesquisa sobre a distribuição dos parques e áreas verdes do Rio de Janeiro identificou que a cidade dispõe, no geral, de 29 m² de área verde por habitante. No entanto, isso não quer dizer que todos os cidadãos dessa cidade disponham dessas oportunidades em iguais proporções. Ao contrário, a pesquisa também identificou que algumas regiões são bastante privilegiadas, enquanto outras são bastante carentes. Regra geral, a maior disponibilidade de áreas verdes coincide com maior disponibilidade econômica dos seus habitantes. A região com maior renda *per capita* do Rio de Janeiro concentrava mais de 73 m² de área verde por habitante, bem acima,

portanto, da média global da cidade. Por outro lado, a região economicamente mais pobre da cidade conta com apenas 8 m² de área verde por habitante.



SAIBA MAIS

Para conhecer mais detalhadamente o estudo sobre a distribuição dos parques e áreas verdes do Rio de Janeiro, veja o estudo de Zenaide Mariano: MARIANO, Z. Acesso ao lazer em áreas naturais no Rio de Janeiro. In: DIAS, C.; ALVES JUNIOR, E. (Org.). *Em busca da aventura: múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza*. Niterói: EdUFF, 2009. p. 141-156. Disponível em: <<https://goo.gl/TGJrRB>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

AULA 19

DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES DE LAZER NO BRASIL

Segundo dados levantados em 2002 pela Comissão do Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo, de todos os museus existentes no Brasil, 47% estavam concentrados na região Sul (26% estavam na Sudeste, 17,9% na Nordeste e 8,7% na Norte e na Centro-Oeste). Se compararmos essas proporções com o percentual populacional de cada uma dessas regiões, notaremos que há lugares com percentual de museus muito maior do que o seu percentual populacional, enquanto em outros há proporcionalmente menos museus do que habitantes. Ou seja, em muitos casos, não há correspondência entre oferta e demanda, de modo que regiões com uma população numerosa (que representa, portanto, grande demanda) têm poucas ofertas. A relação entre oferta e demanda, portanto, deve ser um dos primeiros elementos a ser observado num diagnóstico sobre a infraestrutura de lazer.



SAIBA MAIS

Consulte o estudo sobre os hábitos e preferências de lazer entre moradores da região metropolitana de São Paulo em: BOTELHO, I.; FIORE, M. O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo. *Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 8, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/g1X7iR>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

DESIGUALDADES REGIONAIS NO LAZER

Os dados disponíveis sobre a distribuição geográfica de alguns equipamentos de lazer apontam para um cenário de desigualdade regional nas oportunidades de acesso a esses equipamentos. Pessoas que vivem em capitais ou cidades do interior, em bairros centrais ou periféricos das grandes cidades conhecerão diferentes possibilidades de lazer, de acordo com essa estrutura de desigualdade.



Tanto a oferta quanto o consumo cultural de inúmeros produtos e serviços relacionados ao lazer concentram-se onde há maior atividade econômica.

Quem mora no centro de São Paulo, por exemplo, tem 2,6 vezes mais chances de usufruir determinadas práticas de lazer que alguém que mora na periferia dessa cidade.

DESIGUALDADES REGIONAIS NO LAZER II

Em 2006, de todos os municípios brasileiros, apenas 53 possuíam bibliotecas, museus, teatros, cinemas, bandas de música, orquestras, clubes e associações recreativas, estádios, ginásios poliesportivos, videolocadoras, loja de discos, livrarias, *shopping centers*, estação de rádio, provedor de internet e geradora de TV. Por outro lado, 152 municípios não contavam com nenhuma dessas possibilidades. Há, portanto, forte concentração das oportunidades de lazer em um número pequeno de cidades. As capitais, em detrimento das cidades do interior, são muito mais privilegiadas: concentram, sozinhas, mais de 30% de todos os recursos financeiros municipais empregados na cultura. Estádios e ginásios esportivos estão entre os equipamentos culturais de lazer mais disponíveis, presentes em 70% dos municípios brasileiros, mesmo naqueles com baixa arrecadação de impostos e com economias menos dinâmicas.



SAIBA MAIS

Um interessante estudo sobre consumo cultural no Brasil, com muitos dados originais, pode ser consultado em: SILVA, F. A. B. *Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Coleção Cadernos de Políticas Culturais, v. 3. Disponível em: <<https://goo.gl/U8gQ2z>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

O PAPEL DOS GOVERNOS NAS DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES NO ACESSO AO LAZER

Os governos têm um papel ativo na produção do quadro geral de desigualdade no acesso ao esporte e ao lazer. Entre 1996 e 2002, do total de recursos financeiros investidos pelo governo em cultura, através de renúncia fiscal, apenas 9% foram destinados a projetos na região Centro-Oeste do Brasil, sendo que mais de 85% desse percentual destinou-se ao Distrito Federal, restando aos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, somados, apenas 15%, aproximadamente, dos recursos destinados ao Centro-Oeste. A região Sudeste, por outro lado, respondeu por aproximadamente 74% de todos os investimentos. A região Sul representou aproximadamente 7% do total, enquanto a região Nordeste representou 0,07% e a região Norte 0,02%.



SAIBA MAIS

Para conhecer melhor o modo de funcionamento dos mecanismos de financiamento das políticas culturais, consulte o estudo de: ARRUDA, M. A. do N. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. *Tempo social*, v. 15, n. 2, p. 177-193, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/mYuF9U>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

EFEITOS DAS DESIGUALDADES NA DISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES DE LAZER

Pesquisas avaliando a interferência da distância geográfica de equipamentos esportivos para a prática regular de atividades físicas têm notado uma correlação positiva entre esses dois elementos. Ou seja, quanto mais geograficamente distante de uma quadra de esporte, um ginásio ou uma piscina, menor é a chance de um indivíduo praticar exercícios em seu tempo livre. É possível que situações semelhantes também interfiram na disponibilidade das pessoas para o consumo de outras práticas de lazer, como as culturais, por exemplo.

Um estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) apontou que 51% dos brasileiros consideram que equipamentos culturais de lazer se encontram “mal situados”. Apenas pouco mais de 15% dos entrevistados os consideram “muito bem situados”.

Dentre todos os espaços para práticas culturais considerados, que incluíram também espaços verdes, equipamentos esportivos, comércios e lugares de encontro e vida associativa, os equipamentos culturais são os que foram percebidos da pior maneira quanto a sua localização. Isso ajuda a explicar a frequência tão baixa em atividades culturais identificadas entre a população brasileira, de modo geral.



SAIBA MAIS

Veja também a pesquisa realizada por Alex Vieira Lima e colaboradores, um bom exemplo sobre as relações entre a distância percebida das instalações de lazer e as oportunidades de prática: LIMA, A. V. *et al.* Distância percebida até as instalações de lazer e sua associação com a prática de atividade física e de exercícios em adolescentes de Curitiba, Paraná, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 8, p. 1507-1521, ago. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/jHGWzS>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

AULA 21

POSSÍVEIS EFEITOS DA MELHORIA NO ACESSO AOS EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER

O nível de participação em atividades de esporte e lazer se explica por vários fatores. A distância geográfica de equipamentos e instalações é um deles. Isso não quer dizer, contudo, que a simples oferta de mais facilidades no acesso ou na proximidade de locais para práticas de esporte e lazer possa garantir, por si mesma, o direito ao esporte e ao lazer.

Avaliações sobre a efetividade de iniciativas políticas para a construção de equipamentos e instalações esportivas em diferentes países têm anotado que apenas essa disponibilidade de instalações não se mostra suficiente para ampliar os níveis de participação em atividades físicas e esportivas no tempo livre.

FATORES INFLUENTES NO ACESSO AO ESPORTE E AO LAZER

Além da escassez de oferta de infraestrutura de equipamentos de esporte e lazer, ou da distância desses equipamentos, questões sociais, culturais e econômicas mais amplas também atuam poderosamente na facilitação ou obstrução das oportunidades de acesso a essas práticas. Mais especificamente, condição econômica, sexo/gênero e alfabetização estão entre alguns dos principais fatores que podem ser apontados nesse sentido. Vamos estudá-los separadamente a partir de agora.

PODER ECONÔMICO E ACESSO AO LAZER I

A disponibilidade financeira é um elemento importante para a determinação dos hábitos e costumes de lazer dos indivíduos. Ricos ou pobres, por uma série de motivos, tendem à usufruir seu tempo livre de formas distintas. Uma pesquisa realizada na região metropolitana de São Paulo, no final da década de 1980, identificou as práticas de lazer mais usuais entre membros da classe trabalhadora, comparando-as com as práticas de lazer de executivos.



SAIBA MAIS

Consulte a pesquisa de Gisela Taschner Goldenstein para conhecer mais detalhadamente seus resultados a respeito dos hábitos de lazer de operários: GOLDSTEIN, G. T. Lazer operário e consumo cultural na São Paulo dos anos oitenta. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 13-35, jul./set. 1991. Disponível em: <<https://goo.gl/uMiW55>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

PODER ECONÔMICO E ACESSO AO LAZER II

Um estudo sobre o consumo cultural das famílias brasileiras, a partir da Pesquisa sobre o Orçamento Familiar do IBGE, que incluía gastos com compra de revistas, filmes, ingressos para o cinema e espetáculos teatrais, entre outros itens, apontou que esse consumo estava na ordem dos 31 bilhões e 900 milhões de reais por ano em 2002, representando, aproximadamente, 3% dos gastos totais das famílias brasileiras. Considerando os gastos totais com consumo de diversas atividades de lazer, as classes A e B, que concentram os grupos economicamente mais ricos e representam apenas 12% da população, respondem por 47% dos montantes desses gastos no Brasil, ao passo que as classes D e E, que concentram os grupos economicamente mais pobres e que representam 62% da população brasileira, respondem por apenas 23% desses gastos. Ou seja, um número relativamente pequeno de indivíduos pode gastar muito com atividades de lazer, enquanto um número grande de pessoas pode gastar pouco.

SEXO, GÊNERO E ACESSO AO LAZER

Outro aspecto que influencia as possibilidades ou impossibilidades de escolhas no momento do lazer são as questões de sexo e gênero. Ser homem ou mulher influencia decisivamente o que um indivíduo faz ou pode fazer no seu tempo livre. Os próprios costumes a respeito do que é mais adequado para homens e mulheres induzem, desde a infância, o que uns e outros tenderão a escolher ao longo de suas vidas.



No Brasil, como em muitos outros países, o espaço público será privilegiadamente utilizado para o lazer masculino, enquanto o espaço doméstico, no interior das casas, será privilegiadamente utilizado para o lazer feminino.

Inversões nesse esquema geral por vezes acontecem, com mulheres usufruindo seus lazers em espaços públicos, bem como o inverso. Mas, em linhas gerais, predomina lazers domésticos para mulheres e lazers públicos para homens, o que pode ser mais visível nas atividades esportivas, em particular.

EXEMPLO DE PESQUISA SOBRE AS DIFERENÇAS DE SEXO/GÊNERO NAS ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER

Uma pesquisa que entrevistou mais de 5.000 pessoas por telefone a respeito de seus hábitos de atividade física no lazer apontou que a frequência de homens nessas atividades é significativamente superior que a das mulheres. Essa situação, todavia, inverte-se com o passar dos anos. Quanto mais velho um homem, menor a sua frequência em praticar atividades físicas como opção de lazer. Entre as mulheres, porém, é exatamente o oposto que ocorre: a frequência de prática de atividades físicas como opção de lazer aumenta à medida que se tornam mais velhas. Mais de 27% dos homens o fazem por volta dos 18 anos, ao passo que o índice diminui para menos de 12% por volta dos 44 anos. Entre as mulheres, o percentual de praticantes, que é da ordem de quase 10% aos 18 anos, é de 13% a partir dos 45 anos, atingindo, nessa fase, proporção semelhante à dos homens.



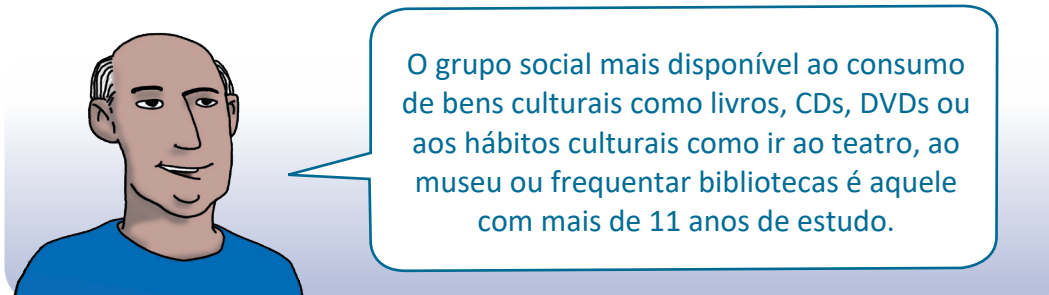
SAIBA MAIS

Para saber mais sobre o tema, recomenda-se a leitura da pesquisa coordenada por Deborah Carvalho Malta, realizada em 2006, que exhibe os principais hábitos de atividade física de brasileiros em seu tempo livre: MALTA, D. C. *et al.* Padrão de atividade física em adultos brasileiros: resultados de um inquérito por entrevistas telefônicas. *Epidemiologia e serviços de saúde*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 7-16, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/6vZzTp>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

AULA 23

LAZER E ESCOLARIZAÇÃO

A escolaridade é outro aspecto muito influente nas formas de acesso ao lazer. Famílias que têm pessoas com mais de 12 anos de escolaridade – que é um grupo populacional relativamente pequeno no Brasil – respondem por 40% dos gastos culturais de todas as famílias brasileiras.



Uma pesquisa realizada em 2005 sobre o uso do tempo livre e os hábitos culturais de moradores da região metropolitana de São Paulo concluiu que uma pessoa com muitos anos de escolaridade possui 36 vezes mais chances de ser muito praticante de várias atividades de lazer (como cinema, teatro, visita a museus etc.) do que outra com baixa escolaridade. Uma pessoa com nível de escolaridade média tem 6 vezes mais chances de frequentar tais espaços de lazer do que alguém com baixa escolaridade. Até mesmo a escolaridade dos pais influencia nessas oportunidades. Alguém que tenha o pai ou a mãe com pelo menos o nível médio de escolaridade possui quase 2 vezes mais chances de acessar tais opções de lazer do que os que não têm.

A PROGRAMAÇÃO DO LAZER

A distância dos equipamentos de esporte e lazer, nível de renda, idade, sexo/gênero e escolaridade estão entre alguns dos fatores que influenciarão o tipo de atividade a que cada indivíduo ou grupo decide dedicar-se no seu tempo livre. Na medida, pois, em que esses fatores são diversos, haverá, igualmente, grande diversidade.

ATIVIDADE 3

Agora que estudamos várias dimensões da elaboração e execução de um diagnóstico da realidade, destacando a importância desses procedimentos para uma adequada política de esporte e lazer, tente fazer um levantamento dos elementos de esporte e lazer da sua cidade, considerando a infraestrutura e a programação esportiva e cultural. O objetivo é facilitar a identificação de fragilidades e potencialidades para o desenvolvimento do Programa de Esporte e Lazer da Cidade no município, tomando como referência as sugestões anteriores de indicadores.

Para ajudá-lo, siga o roteiro abaixo:

1. quantos equipamentos de esporte e lazer têm na sua cidade? Onde eles estão localizados? Quais as suas condições de uso? Qual sua programação?;
2. identifique quem são as lideranças dos locais;
3. observe quais possibilidades de parcerias existem para a realização de atividades esportivas e culturais nos espaços de funcionamento dos núcleos e subnúcleos do PELC;
4. levante como, onde e quais são os eventos realizados nas comunidades onde os núcleos estão funcionando;
5. qual a presença da gestão pública nas comunidades? Existem programas e projetos presentes no espaço de atuação do PELC?;
6. quais manifestações culturais são predominantes nos espaços de funcionamento do núcleo e subnúcleo?;
7. quais os limites que você aponta para o desenvolvimento do programa nos locais de funcionamento do núcleo e dos subnúcleos do PELC?

COMENTÁRIO DA ATIVIDADE

O aluno deve identificar infraestruturas e programações de esporte e lazer disponíveis em algum município brasileiro. Quanto à infraestrutura, mais especificamente, ele deve ainda: 1) quantificar o número de instalações disponíveis, tais como: teatros, cinemas, ginásios, campos de futebol, quadras poliesportivas, bibliotecas, parques, museus etc.; 2) avaliar subjetivamente o estado de conservação das instalações identificadas; 3) registrar as atividades ou projetos que são realizados nas instalações identificadas. Quanto à programação, o material elaborado pelo aluno deve: 1) conter alguma observação quanto às possibilidades de cooperação entre diferentes agentes públicos ou privados na gestão de alguma das instalações identificadas por ele próprio; 2) registrar se há ou não alguma iniciativa ou projeto governamental em desenvolvimento em alguma das instalações identificadas; 3) registrar quais práticas são mais usuais em alguma das instalações identificadas por ele.

ENCERRAMENTO DA UNIDADE 3



SÍNTESE

Neste módulo, vimos a importância da realização de um diagnóstico da realidade local, tanto em suas dimensões quantitativas quanto em suas dimensões qualitativas. De um lado, a consideração da quantidade de infraestruturas de esporte e lazer disponíveis para o planejamento de políticas ou projetos nessa área; de outro, a consideração, a compreensão e o respeito à cultura local, forma igualmente importante para se obter êxito nessas iniciativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste módulo, vimos a importância da realização de um diagnóstico da realidade local, tanto em suas dimensões quantitativas quanto em suas dimensões qualitativas. De um lado, a consideração da quantidade de infraestruturas de esporte e lazer disponíveis para o planejamento de políticas ou projetos nessa área e, de outro, a consideração, a compreensão e o respeito à cultura local, forma essa igualmente importante para se obter sucesso nessas iniciativas.

Esperamos ter encontrado êxito no sentido de compartilhar conhecimentos e ampliar as possibilidades de leitura e avaliação da realidade, pois reafirmamos que um diagnóstico local coerente com a situação e com os anseios das pessoas é condição importantíssima para as políticas de lazer e para a oferta adequada de atividades nesse setor.

Em uma concepção de direitos, conhecer tanto as disponibilidades e carências materiais e relacionais, como as expectativas e os modos de ser e de agir da população a ser atendida é um passo fundamental para a concretização de uma vida cidadã.

Esperamos que o conteúdo deste módulo tenha trazido elementos técnicos e sensíveis para auxiliá-lo no planejamento e na execução de diagnósticos da realidade, estabelecendo e ampliando as relações que permitam aumentar os debates e a formulação de políticas públicas de esporte e lazer.



ATIVIDADE FINAL

UNIDADE 1

1. Destacamos a seguir uma definição de diagnóstico da realidade enquanto estratégia central no processo de elaboração de projetos de esporte e lazer. Considerando o tratado na Unidade 1, qual é a resposta correta?
 - a) Caracteriza-se por desenvolver um mapeamento da realidade, demandando apenas levantar informações específicas relacionadas aos hábitos esportivos da população que analisamos.
 - b) Entende-se como finalidade de diagnóstico da realidade em esporte e lazer conhecer e compreender aspectos que alimentam o fazer da leitura adequada da realidade local, levantando informações prévias de infraestrutura física e humana, socioeconômica, política e dos interesses culturais das pessoas envolvidas com o propósito de subsidiar na decisão e na elaboração do planejamento da política de esporte e lazer.
 - c) É importante para apenas conhecer os problemas da população e deixar a decisão das prioridades nas mãos dos gestores.
 - d) A realização do diagnóstico visa conhecer aspectos relacionados à realidade local, mas não interfere no processo de planejamento das ações da política a ser elaborada para determinado município.

2. Compreendemos como essencial a apreensão de um conjunto de diferentes aspectos da cidade ou do bairro que ajudam a analisar e construir um retrato da realidade local para criação do perfil da população. Desse modo, assinale a resposta que melhor define esse contexto.
 - a) Reconhece como importante para mapeamento do perfil de uma determinada comunidade aquele que expressa aspectos socioeconômicos, suas práticas, representações, seus símbolos e sua forma de viver. Além dos indicadores de condições de vida, educação, trabalho, moradia e suas formas de organização de seu tempo livre.
 - b) Devem ser considerados apenas os aspectos relacionados à organização do tempo livre das pessoas, não valorizando o levantamento de informações relacionadas às opiniões e interesses das pessoas envolvidas.
 - c) Consideram-se apenas aspectos ou indicadores relacionados com cultura da cidade, não demandando conhecer a fundo o perfil socioeconômico da comunidade envolvida no levantamento de informações.
 - d) Os aspectos que ganham destaque no levantamento do diagnóstico da realidade são os relacionados apenas aos problemas de infraestrutura física da comunidade analisada.

3. Reconhecendo a importância da estratégia do Método de Estimativa Rápida para conhecer e planejar as ações da comunidade em que atuamos ou pretendemos atuar, que abordamos ao longo da Unidade 1, assinale a proposição incorreta:
- O Método de Estimativa Rápida busca conhecer e identificar os problemas e suas causas mais importantes relacionados às condições da realidade em que pretendemos intervir com a política pública.
 - Apresenta como suas principais vantagens o fato de ser uma abordagem bastante rápida e eficiente nos custos, possibilitando sua operacionalização orientada em princípios da equidade, participação e intersetorialidade.
 - Envolve atores sociais – autoridades municipais, organizações governamentais e não governamentais – ao longo do seu processo de operacionalização na identificação das suas necessidades e seus problemas.
 - O termo “rápida” não tem relação nenhuma com o tempo gasto com o processo de coleta de dados no campo e análises.
4. Considerando a importância do Método de Estimativa Rápida e os princípios que orientam o processo de levantamento das informações prévias para subsidiar a construção da política pública de esporte e lazer, assinale a alternativa que melhor expressa o método:
- Destaca a importância de apenas coletar os dados pertinentes, pois já contempla as finalidades do método utilizado.
 - Não tem muita importância a participação da população envolvida para obter as informações prévias, pois buscam suporte nos diferentes documentos que trazem os indicadores socioeconômicos.
 - Aponta para a necessidade de considerar na coleta apenas os dados importantes para a finalidade analisada, levantar informações que reflitam as especificidades e condições da realidade local e envolver a população no processo de diagnóstico.
 - Atenta apenas para coleta de dados com informações que tenham estrita relação com a finalidade do diagnóstico, desconsiderando os problemas identificados que não estabeleçam relação com os aspectos políticos da comunidade analisada.
5. Destacamos na Unidade 1 algumas fontes de coleta de dados e sugestões de identificação de informantes-chaves para construção do diagnóstico da realidade, orientado através do Método de Estimativa Rápida. Desse modo, assinale a alternativa incorreta:
- São considerados informantes-chaves apenas as lideranças comunitárias do bairro/ comunidade, não havendo necessidade de levantar informações da condição de vida da população em geral, devido ao acesso direto com representantes da comunidade.
 - Podemos considerar, para a seleção das fontes e dos locais de coleta, o levantamento de informações acerca de moradia e renda familiar encontradas em registros e em documentos do IBGE/IPTU e, também, através de entrevistas com as pessoas envolvidas.
 - É importante levar em consideração, na condução do processo de coleta de dados, o sentido de determinação para descobrir e examinar registros escritos necessários, conforme a área estudada, e ouvir e ter sensibilidade a tudo que se possa ser observado diretamente na realidade a se conhecer.
 - O método aponta, como possibilidade de fontes de dados, registros escritos existentes ou fontes secundárias, entrevistas com informantes-chaves e observação ativa.

6. Enfatizamos, ao longo da Unidade 1, que na etapa de sistematização do processo de levantamento de informações através do Método de Estimativa Rápida temos como resultado o Perfil de Planejamento. Nesse sentido, qual a proposição incorreta?

- a) Perfil de Planejamento é um processo de sistematização que assinala a descrição da situação estudada dos sujeitos que vivem em municípios, bairros e comunidades onde se pretende intervir com as ações da política pública de esporte e lazer.
- b) É um processo de sistematização que não leva em consideração necessidades, estruturas, capacidades e envolvimento da população.
- c) São levados em consideração o ambiente físico e socioeconômico, a disponibilidade de serviços ambientais e sociais e a política desenvolvida do governo na sistematização do Perfil de Planejamento.
- d) Deve reconhecer as necessidades identificadas pela população, considerando as informações levantadas dos espaços de tomada de decisão entre os agentes sociais e a comunidade envolvida.

7. Formulamos, ao longo da Unidade 1, um conjunto de orientações importantes com a finalidade de contribuir para a elaboração de um diagnóstico da realidade de qualidade, visando à implementação de uma política pública de esporte e lazer. Considerando o que abordamos ao longo do curso, não é correto afirmar:

- a) O Método de Estimativa Rápida é uma estratégia que visa subsidiar com o levantamento de dados da realidade acerca da condição de vida da população, seus interesses, suas necessidades e suas potencialidades para munir o gestor na definição das prioridades e no planejamento da política pública de esporte e lazer.
- b) Na construção do diagnóstico da realidade, a participação da população em geral e dos profissionais do setor de esporte e lazer possibilita a ampliação da percepção sobre a realidade estudada.
- c) Não se faz necessário a leitura exaustiva dos diferentes aspectos que envolvem o processo de construção do diagnóstico para o planejamento e o estabelecimento das metas na formulação e implementação da política de esporte e lazer.
- d) As informações levantadas no processo de elaboração de uma política pública de esporte e lazer, que possibilita o envolvimento da população, identifica os problemas, suas causas, seus interesses e define ações de enfrentamento, podendo ser um instrumento importante para o sucesso de uma política pública de esporte e lazer.

UNIDADE 2

8. Formulamos a seguir alguns procedimentos para nortear a avaliação de políticas de esporte e lazer. De acordo com o que abordamos na Unidade 2, qual é a resposta correta?
- a) Para a realização de um diagnóstico qualitativo, é necessário apenas ouvir o que as pessoas têm a dizer e pedir, não sendo necessário relacionar os espaços e a infraestrutura disponíveis.
 - b) Quando se pensa em ações de esporte e lazer não se deve dar atenção a especificidades de gênero, idade e hábitos cotidianos. A experiência de lazer é universal e particularidades dos sujeitos e dos contextos não devem influenciar na escolha dos equipamentos e da infraestrutura.
 - c) É importante conhecer, registrar e relacionar a diversidade de experiências que constitui as pessoas em seus cotidianos.
 - d) Não há diferença em pensar políticas de lazer em espaços urbanos, contextos indígenas e populações tradicionais, pois a experiência do esporte e do lazer é universal.
9. Entendendo que a noção de cultura é central para a elaboração de diagnósticos qualitativos, assinale a proposição incorreta:
- a) A noção de cultura é uma maneira de falar dos seres humanos de uma forma restrita aos seus aspectos e comportamentos particulares, contrapondo-se a qualquer condição universal.
 - b) A noção de cultura revela-se como uma forma de ordenação da vida social, com o propósito de descrever formas de ação e de pensamento.
 - c) A noção de cultura revela nossa humana capacidade de organização da experiência em termos simbólicos.
 - d) A noção de cultura nos possibilita compartilhar experiências que, de maneira histórica e cotidiana, constituem a vida social.
10. Na Unidade 2, enfatizamos a noção de alteridade como fundamental para compreendermos a diversidade da vida social. Considerando o que foi abordado ao longo do curso, não é correto afirmar:
- a) Nos centros urbanos, assim como em contextos indígenas e tradicionais, também se pode observar uma imensa diversidade de comportamentos, hábitos, crenças, valores.
 - b) Quando nos referimos à noção de alteridade, afirmamos e reconhecemos a universalidade da nossa condição humana, pois nos diferentes contextos e experiências culturais somos universais em nossos modos de relação e expressão.
 - c) A realização de diagnósticos da realidade local nos desafia a reconhecer algumas regras do uso dos tempos e dos territórios, que são próprias das pessoas que lá habitam.
 - d) Nos diferentes lugares e contextos existem sistemas próprios de signos, normas e comportamentos, fornecendo identidades próprias aos diferentes grupos de pessoas de uma sociedade.

11. Considerando que há uma rica diversidade de experiências culturais que encontram centralidade no corpo e no movimento, um diagnóstico qualitativo nos possibilita:

- a) Registrar uma memória lúdica e identificar anseios e reivindicações.
- b) Reconhecer como as pessoas se constituem em um cotidiano singular.
- c) Conhecer as pessoas em seus contextos e reconhecer as soluções práticas que elas encontram para enfrentar os desafios da vida.
- d) Todas as afirmativas acima são verdadeiras.

12. Formulamos na Unidade 2 algumas orientações metodológicas para a realização de diagnósticos qualitativos. Nas afirmações a seguir, não está correto:

- a) Na realização de diagnósticos qualitativos desenvolvemos um “olhar” e um “fazer” atento à diversidade das formas de organização social.
- b) O diagnóstico qualitativo possibilita que auxiliares de pesquisa possam coletar dados distantes para serem interpretados posteriormente por pessoas que nunca foram aos contextos investigados.
- c) O diagnóstico qualitativo propôs um exercício de estranhamento, colocando em questão tudo aquilo que nos soa familiar dentro de uma determinada lógica de compreensão do mundo.
- d) Um diagnóstico qualitativo constitui um método de registro, descrição e organização da vida social a partir da presença e do envolvimento no cotidiano da vida que nos propomos conhecer.

13. Afirmou-se ao longo da Unidade 2 que a avaliação diagnóstica é uma abordagem voltada para o movimento e para as relações. Dentro dessa perspectiva, é incorreto afirmar:

- a) A importância de compreender sentidos e significados coletivos historicamente construídos.
- b) Um processo de avaliação diagnóstica é gerador de identidade e memória.
- c) Não é importante mapear a diversidade de práticas históricas, mantendo o foco apenas no cotidiano.
- d) Uma avaliação diagnóstica é capaz de produzir conhecimentos sobre o contexto em que as pessoas vivem.

UNIDADE 3

14. Considerando dados da pesquisa por telefone a respeito dos hábitos de atividade física no lazer do brasileiro, citada anteriormente, qual grupo social deveria ser priorizado numa política de esporte e lazer que tivesse por objetivo ampliar o nível de participação em atividades físicas de indivíduos com poucas oportunidades?
- a) Crianças.
 - b) Adolescentes.
 - c) Mulheres idosas.
 - d) Homens idosos.
 - e) Adultos.
15. Observe a tabela a seguir e responda:

Tabela 1 – Distribuição dos museus nas diferentes regiões do Brasil (2002)

	População	Museus
Sul	14%	47%
Sudeste	42%	26%
Norte	8%	3,9%
Nordeste	28%	17,9%
Centro-Oeste	8%	4,8%

- 15.1 Considerando a relação entre oferta e demanda, isto é, o total relativo de museus em cada região e o seu respectivo percentual populacional, qual região não precisaria de mais museus?
- a) Centro-Oeste.
 - b) Nordeste.
 - c) Sul.
 - d) Norte.
 - e) Sudeste.
- 15.2 Considerando, ainda, a mesma tabela sobre oferta e demanda de museus no Brasil, quais regiões necessitariam da construção de mais museus?
- a) Norte e Centro-Oeste.
 - b) Nordeste e Centro-Oeste.
 - c) Sul e Sudeste.
 - d) Norte e Nordeste.
 - e) Sudeste e Nordeste.

16. Observe a figura e a tabela a seguir, referentes a dados do Rio de Janeiro sobre disponibilidade de área verde e renda da população de cada região da cidade e, em seguida, responda as seguintes questões:

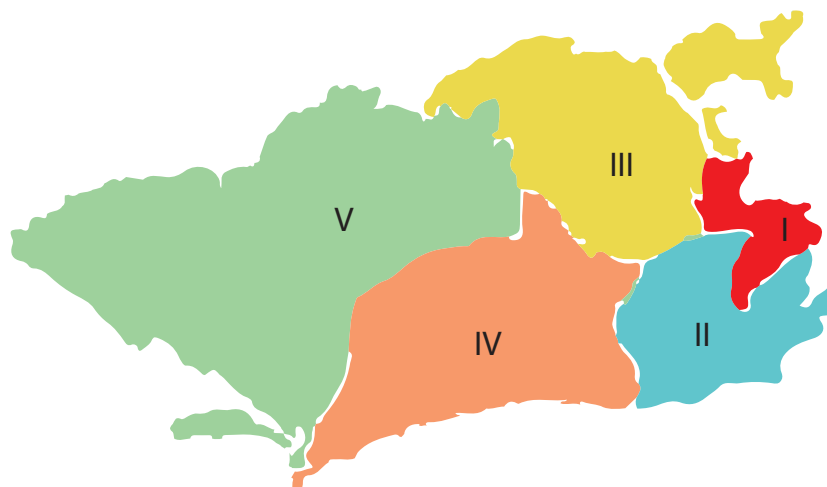


Figura 3 – Distribuição de áreas verdes no Rio de Janeiro (2008)

Tabela 2 – Distribuição das áreas verdes do Rio de Janeiro (2008)

Região	Número de áreas verdes	Área de UCAs	Proporção de área verde por habitante	Renda <i>per capita</i> da população
I	4 (633.500 m ²)	(1,8%)	2,36 m ² /hab	R\$ 456,00
II	15 (73.033.300 m ²)	(73,7%)	73,21 m ² /hab	R\$ 1.426,00
III	3 (206.200 m ²)	(0,1%)	0,08 m ² /hab	R\$ 420,00
IV	5 (127.730.000 m ²)	(43,5%)	187,27 m ² /hab	R\$ 797,00
V	2 (13.329.700 m ²)	(2,25%)	8,56 m ² /hab	R\$ 281,00

16.1 Qual região tem maior oferta de áreas verdes (em metros quadrados)?

- a) I
- b) II
- c) III
- d) IV
- e) V

16.2 Qual região tem menor oferta de áreas verdes (em metros quadrados)?

- a) I
- b) II
- c) III
- d) IV
- e) V

16.3 Considerando a carência, em qual região deveriam ser construídos mais parques?

- a) I
- b) II
- c) III
- d) IV
- e) V

17. Observe a figura a seguir sobre a distribuição das oportunidades de lazer e cultura em Goiânia e responda:

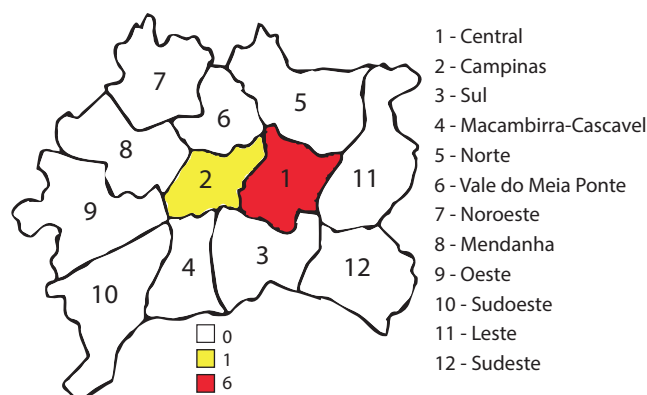


Figura 4 – Distribuição de museus em Goiânia (2010)

17.1 Quais regiões dessa cidade (Goiânia) concentram a maior quantidade total de equipamentos de lazer?

- a) Oeste e Norte.
- b) Macambira-Cascavel e Sudeste.
- c) Sudoeste e Leste.
- d) Central e Campinas.
- e) Sul e Vale do Meia Ponte.

17.2 Considerando os locais que concentram a maior quantidade de equipamentos de lazer, quais regiões da cidade deveriam ser priorizadas na construção de novos equipamentos numa política de esporte e lazer que tivesse por objetivo democratizar o acesso?

- a) Oeste, Norte, Leste, Sul e Sudoeste.
- b) Vale do Meia Ponte e Macambira-Cascavel.
- c) Central e Campinas.
- d) Nenhuma.
- e) Todas, exceto Central e Campinas.

Respostas

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15.1	15.2	16.1	16.2	16.3	17.1	17.2
B	A	D	C	A	B	C	C	A	B	D	B	C	E	C	A	D	C	C	D	E

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. A. do N. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, p. 177-193, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/mYuF9U>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BONALUME, C.; ECHER, S. Participação popular: governo e população partilhando o poder da decisão. In: ALMIR, L.; ARTEMIS, S. (Org.). *Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer*. Manaus: EDUA, 2009.
- BOTELHO, I.; FIORE, M. O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. *Anais...* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/g1X7iR>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- CAMPOS, F. C. C.; FARIA, H. P. de.; SANTOS, M. A. dos. *Planejamento e avaliação das ações em saúde*. 2. ed. Belo Horizonte: Coopmed/UFMG, 2010.
- CASTELLANI FILHO, L. (Org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. São Paulo: Autores Associados, 2007.
- COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CUNHA, C. G. S. da. *Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil*. Programa Minerva, Curso “The Theory and Operation of a Modern National Economy”, George Washington University, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/rJnwrr>>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- DIAS, C. *Em favor do cotidiano: lazer e políticas culturais em Goiânia*. Goiânia: PUC/GO, 2011.
- FALCÃO, J. L.; SARAIVA, M. C. (Org.) *Práticas corporais no contexto contemporâneo*. Goiânia: Copiart, 2009.
- GANDIN, D. A posição do planejamento participativo entre ferramentas e intervenções na realidade. *Revista Currículo sem Fronteira*, v. 1, n. 1, p. 81-95, jan./jun. 2001.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- GERSHUNY, J. *Changing times: work and leisure in postindustrial society*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. *Etnografia, antropologia e política. Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 2, 2003.
- GOLDSTEIN, G. T. Lazer operário e consumo cultural na São Paulo dos anos oitenta. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 13-35, jul./set. 1991. Disponível em: <<https://goo.gl/uMiW55>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- GRANDO, B. (Org.). *Jogos e culturas indígenas: possibilidades para a educação intercultural na escola*. Cuiabá: UFMT, 2010.
- GRANDO, B.; PASSOS, L. (Org.). *O Eu e o Outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola*. Cuiabá: UFMT, 2010.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/S3iYKW>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

- JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.
- LARA, L. M. Esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná: identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas. *Pensar a Prática*, v. 15, n. 1, p. 37-51, jan./mar. 2012.
- LIMA, A. V. *et al.* Distância percebida até as instalações de lazer e sua associação com a prática de atividade física e de exercícios em adolescentes de Curitiba, Paraná, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 8, p. 1507-1521, ago. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/jHGwzS>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- LOBO, T. Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de Políticas sociais: Uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 75-84.
- MAGNANI, J. G.; TORRES, L. L. T. (Org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/eK7eny>>. Acesso em: 9 abr. 2018.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção “Os Pensadores”.
- MALTA, D. C. *et al.* Padrão de atividade física em adultos brasileiros: resultados de um inquérito por entrevistas telefônicas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 7-16, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/6vZzTp>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MARCELLINO, N. C. *et al.* (Org.). *Políticas públicas de lazer – formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba-SP*. Curitiba: OPUS, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/8nH5cC>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- MARIANO, Z. Acesso ao lazer em áreas naturais no Rio de Janeiro. In: DIAS, C.; ALVES JUNIOR, E. (Org.). *Em busca da aventura: múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza*. Niterói: EdUFF, 2009. p. 141-156. Disponível em: <<https://goo.gl/TGJrRB>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- MATUS, C. Fundamentos da planificação situacional. In: RIVERA, F. J. U. (Org.). *Planejamento e programação em saúde: um enfoque estratégico*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 105-176.
- MATUS, C. *Política, Planejamento e governo*. 3. ed. Brasília: IPEA, 1997.
- MELO, V. A. *et al.* *Equipamentos culturais na América do Sul: desigualdades*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- MOTTA, P. R. Análise estratégica: construindo a nova visão da equipe. In: _____. *Desempenho em equipes de saúde: manual*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. cap. 7, p. 81-106. Disponível em: <<https://goo.gl/12sJ7Y>>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- NUNES, A. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A’uwe-Xavantes. In: SILVA, A. L.; NUNES, A.; MACEDO, A. V. L. S. (Org.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002.
- PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PINHEIRO, P. M. *Curso de especialização em Saúde da Família (CESF)*. Módulo Planejamento e Avaliação de Ações de Saúde. Fortaleza: Núcleo de Tecnologia e Educação a Distância em Saúde/NUTEDS/UFC, 2012.
- PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (Org.). *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ/ABRASCO, 2006. p. 187-203.
- PINTO, L. M.; GRANDO, B. (Org.). *Brincar, jogar e viver: IX Jogos dos Povos Indígenas*. Cuiabá: Central do Texto, 2009.
- RIBAS JUNIOR, F. (Org.). *Conhecer para transformar: guia para diagnóstico e planejamento da política municipal de Proteção das Crianças e Adolescentes*. São Paulo: Fundação Telefônica, 2011.

- SAHLINS, M. O pessimismo sentimental. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.
- SAUTCHUK, C. E. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SILVA, A. L. da; NUNES, A.; MACEDO, A. V. L. da S. (Org.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002.
- SILVA, A. M.; FALCÃO, J. L. *Práticas corporais em comunidades quilombolas de Goiás*. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2011.
- SILVA, F. A. B. *Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Coleção Cadernos de Políticas Culturais, v. 3. Disponível em: <<https://goo.gl/U8gQ2z>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- SOUZA, E. S. *et al. Sistema de monitoramento e avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte*. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.
- VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico*. 8. ed. São Paulo: Libertad, 2008.
- WAGNER, R. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.



SOBRE OS AUTORES

CLEBER DIAS

Doutor em Educação Física (Unicamp) e mestre em História Comparada (UFRJ). Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde atua no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, tendo ocupado o cargo de coordenador (2015-2016) e subcoordenador (2014-2015). Dedicou-se a pesquisa na área dos estudos do lazer e do esporte, particularmente à história desses fenômenos e publicou artigos sobre o assunto em periódicos especializados no Brasil, Inglaterra, Estados Unidos, França, Espanha, Portugal, Colômbia e Argentina. Tem experiência no trabalho com redes internacionais de pesquisa para cooperação acadêmica (Pró-Sul/CNPq e Consórcio Latino-Americano de Direitos Humanos/Fundação Ford). É consultor de periódicos nacionais e internacionais, tendo sido editor-chefe da *Revista Pensar a Prática* (2010-2013), e é o atual editor-executivo da *Revista Recorde*.

JOSÉ ALFREDO OLIVEIRA DEBORTOLI

Professor do Curso de Graduação em Educação Física (EEFFTO/UFMG), do Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer (EEFFTO/UFMG) e professor do Mestrado Profissional Educação e Docência (FaE/UFMG). Mestre em Educação pela FaE/UFMG e doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Possui pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB). Participa da Coordenação do Núcleo de Estudos sobre Aprendizagem na Prática Social (NAPrática), onde desenvolve estudos relacionados com os temas: infância, cultura, saberes tradicionais e educação.

JOSÉ NILDO ALVES CAÚ

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPE, onde leciona Educação Física. É formador do Programa Esporte Lazer da Cidade/ME/UFMG. Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física pela UPE, especialista em Formação de Educador pela UFRPE. Mestre e doutor em Educação pela UFPE. Atuou como gestor público na Prefeitura de Olinda/Coordenação de Desporto, na Prefeitura de Recife, na função de diretor de Lazer/Autarquia Geraldão e de Esporte e Juventude e assessor especial. Desenvolve estudos na área de políticas públicas de esporte e lazer, educação, trabalho e juventude.

A presente edição foi composta pelo CAED-UFMG e Editora UFMG e impressa pela Imprensa Universitária UFMG em sistema offset, papel offset 90g (miolo) e cartão supremo 300g (capa), em julho de 2018.